

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf **EDVALDO NUNES NASCIMENTO JUNIOR**

**O emprego das Companhias e Pelotões Especiais de Fronteira do Comando de Fronteira Acre na defesa da Amazônia no contexto dos crimes transfronteiriços na atualidade.**



Rio de Janeiro

2022

Maj Inf EDVALDO NUNES NASCIMENTO JUNIOR

**O emprego das Companhias e Pelotões Especiais de Fronteira do Comando de Fronteira Acre na defesa da Amazônia no contexto dos crimes transfronteiriços na atualidade.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Maj Inf Rodrigo Mendes Régua Barcelos

Rio de Janeiro  
2022

N244e Nascimento Junior, Edvaldo Nunes.

O emprego das companhias e pelotões especiais de fronteira do Comando de Fronteira Acre na Defesa da Amazônia no contexto dos crimes transfronteiriços na atualidade. / Edvaldo Nunes Nascimento Junior. — 2022. 55 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Rodrigo Mendes Régua Barcelos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 54-55

1. Fronteira. 2. Amazônia. 3. Crimes Transfronteiriços. I. Título.

CDD 355.45

Maj Inf EDVALDO NUNES NASCIMENTO JUNIOR

**O emprego das Companhias e Pelotões Especiais de Fronteira do Comando de Fronteira Acre na defesa da Amazônia no contexto dos crimes transfronteiriços na atualidade.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

COMISSÃO AVALIADORA

---

RODRIGO MENDES **RÉGUA** BARCELOS - Maj Inf - Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

FLÁVIO ZYLBERBERG **BALBINO** FIGUEIRA - TC Art - 1º Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

GUSTAVO MENDES **RÉGUA BARCELOS** - Maj Inf - 2º Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar e compreender da melhor forma a capacidade dos Pelotões e Companhias Especiais de Fronteira, em especial as tropas do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, na faixa de fronteira, direcionadas ao combate aos crimes transfronteiriços, verificando sua eficácia e em que medida contribui para a defesa e desenvolvimento da Amazônia. Para isso, buscou-se, inicialmente, apresentar conceitos e definições importantes para a compreensão do problema, com uma abordagem referenciada pelos diversos documentos nacionais sobre o assunto de defesa nacional, especialmente na região Amazônica. Dessa forma, procurou-se deixar evidente o pensamento do Exército Brasileiro nessa temática. Desta feita, com a finalidade de delimitar a área de estudo, foram apresentadas as características da Amazônia e em particular de sua fronteira sudoeste, destacando suas principais particularidades e a doutrina de emprego militar utilizada na região. Por fim, foi analisado a constituição dos PEF\CEF, bem como suas capacidades para o combate aos ilícitos transfronteiriços. Esta pesquisa desenvolveu-se ao longo de 2022, baseando-se em pesquisas bibliográficas e documentais realizadas nas bibliotecas da ECEME, na Internet, e junto ao Comando Militar da Amazônia (CMA). Ademais, contou com uma pesquisa de campo, possibilitando levantar dados junto aos oficiais que comandaram um PEF\CEF situado na região fronteira sudoeste.

**Palavras-chave:** Pelotões Especiais de Fronteira. Fronteira sudoeste da Amazônia. Soberania. Defesa. Crimes transfronteiriços. Ameaças não tradicionais.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo identificar y comprender mejor la capacidad de los Pelotones y Compañías Especiales de Frontera, especialmente las tropas del Comando de Frontera de Acre/Batallón de Infantería de Selva 4, en la franja fronteriza, destinadas a combatir los delitos transfronterizos, verificando su efectividad y hasta qué punto. medida en que contribuye a la defensa y desarrollo de la Amazonía. Para ello, buscamos, inicialmente, presentar conceptos y definiciones importantes para la comprensión del problema, con un enfoque referenciado por los diversos documentos nacionales en el tema de la defensa nacional, especialmente en la región amazónica. De esta manera, tratamos de hacer evidente el pensamiento del Ejército Brasileño sobre este tema. En esta oportunidad, con el propósito de delimitar el área de estudio, se presentaron las características de la Amazonía y en particular de su borde suroeste, destacando sus principales particularidades y la doctrina de empleo militar utilizada en la región. Finalmente, se analizó la constitución de los PEF\CEF, así como sus capacidades para combatir los ilícitos transfronterizos. Esta investigación se desarrolló a lo largo de 2022, a partir de investigaciones bibliográficas y documentales realizadas en las bibliotecas de la ECEME, en Internet y con el Comando Militar de la Amazonía (CMA). Además, contó con una investigación de campo, lo que permitió recolectar datos de los oficiales que comandaban un PEF\CEF ubicado en la región fronteriza suroeste.

**Palabras clave:** Pelotones Especiales Fronterizos. Frontera suroeste del Amazonas. Soberanía. Defensa. Delitos transfronterizos. Amenazas no tradicionales.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	3
1.1	O PROBLEMA .....	5
1.2	OBJETIVOS .....	6
1.2.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	6
1.2.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	6
1.3	QUESTÕES DE ESTUDO.....	7
1.4	VARIÁVEIS.....	8
1.5	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	9
1.6	RELEVÂNCIA DO ESTUDO .....	10
2	<b>METODOLOGIA</b> .....	11
2.1	Tipo de pesquisa.....	11
2.2	Universo e Amostra.....	12
2.3	Coleta.....	12
2.4	Tratamento.....	12
3	<b>CENÁRIO INTERNACIONAL ATUAL</b> .....	13
3.1	Ameaças não tradicionais .....	14
3.2	O Brasil diante dos novos cenários.....	15
4	<b>ORGANIZAÇÕES MILITARES DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA</b> .....	18
4.1	Antecedentes.....	18
4.2	Comando Militar da Amazônia.....	18
4.3	Batalhão de Infantaria de Selva.....	19
4.4	Companhia/Pelotão Especial de Fronteira (CEF).....	19
4.5	Organização.....	20
4.6	Missões da CEF/PEF.....	21
5	<b>DOCTRINA DE EMPREGO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA FAIXA DE FRONTEIRA</b> .....	22
5.1	Vida, Combate e Trabalho.....	24
5.2	Atuação contra ilícitos na Faixa de Fronteira.....	26
6	<b>RESULTADOS</b> .....	34
7	<b>CONCLUSÃO</b> .....	44
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54

## 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia Brasileira, ocupando aproximadamente 40% do território nacional, é caracterizada pela abundância de recursos naturais e pelo estado de preservação desses recursos. Área com mais de 5 milhões de km<sup>2</sup>, mas que possui baixa densidade demográfica, com aproximadamente 4 hab/km<sup>2</sup>. É, ainda, um dos poucos subsistemas mundiais ainda quase inexplorado pelo homem, possuindo um gigantesco potencial, com 1/5 da água potável, 2/3 das reservas de energia elétrica, a maior floresta tropical e o maior banco genético e 30% de todas as espécies vivas do mundo, além de ser a maior província mineral do planeta (MATTOS, 2010).

A Amazônia Brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias (PND, 2020)

A defesa da Amazônia é dificultada por sua posição geográfica, tendo em vista estar isolada do centro de poder político e econômico do País, pelos grandes vazios demográficos existentes na área, por sua precária infraestrutura e pela presença insípida das Instituições e Órgãos do Estado Brasileiro na região e, principalmente, na fronteira (MATTOS, 2010, p. 2).

Com a queda do muro de Berlim e conseqüentemente com o fim da Guerra Fria houve o surgimento de novos cenários no âmbito internacional, no qual se observa o enfraquecimento do chamado Estado Nação, já que, algumas vezes, os princípios básicos de autodeterminação e de soberania vêm sendo desconsiderados. Tal situação pode ser explicada devido ao surgimento da globalização, com a área internacional se sobrepondo à área nacional, independentemente das fronteiras geográficas. A maior preocupação da política mundial vem sendo focada nas chamadas novas ameaças ou ameaças não tradicionais, tais como o combate ao narcotráfico e ao crime organizado, a proteção dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, as questões indígenas, entre diversas outras (ZENDIM, 2004).

É correto afirmar que atualmente o Brasil é uma potência emergente estratégica, possuindo recursos naturais fundamentais para a humanidade no século XXI e que passou a ocupar uma posição de protagonista no contexto internacional.

Desta forma, é essencial que disponha de Forças Armadas preparadas e equipadas, ao nível de sua estatura no cenário internacional (SIQUEIRA, 2012).

Observando as peculiaridades da região, o Exército Brasileiro instalou na faixa de fronteira amazônica os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), que tem como objetivos o desenvolvimento e a ocupação dessa área sensível e estratégica. O Exército Brasileiro está aumentando a presença nessa área de fronteira com a instalação de novos PEF, em concordância com as diretrizes de presença nacional, estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo decreto nº 179, de 14 de dezembro de 2018, do Exmo. Sr. Presidente da República (PND, 2018).

A Companhia Especial de Fronteira e os Pelotões Especiais de Fronteira (CEF/PEF) são as frações orgânicas do Comando de Fronteira/Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) sediado em área de fronteira, cuja existência contribui significativamente para a estratégia da projeção do poder nacional, através da participação da expressão militar na faixa de fronteira, área estratégica ligada a todas as atividades de governo e de produção de um país, mesmo na paz. (BRASIL, 2001)

Neste sentido, visa-se estudar a melhor forma de cumprir a principal missão das CEF/PEF do Comando de Fronteira Acre, o de atuar como sensor permanente de inteligência da Força Terrestre na faixa de fronteira amazônica, enfatizando seu papel na vigilância constante e efetiva, havendo uma grande contribuição para a defesa e desenvolvimento da Amazônia, diante dos crimes transfronteiriços.

Este trabalho tem a intenção de ampliar a visão sobre o emprego das frações de fronteira, no contexto amazônico, mostrando aos futuros comandantes de PEF\CEF as maneiras atuar para além de cumprir a missão precípua de defender nossa soberania, para que possa também contribuir para a segurança da população no combate aos crimes transfronteiriços. Espera-se ainda que tal estudo contribua e possa servir de subsídio para o aperfeiçoamento da doutrina de emprego dos PEF\CEF na faixa de fronteira e que as informações adquiridas sirvam de parâmetro para outros estudos, visando ressaltar sua importância na defesa da fronteira e no desenvolvimento da região Amazônica.

Para isso, primeiramente, serão descritos o atual cenário internacional e as principais ameaças presentes no Comando de Fronteira Acre. Ademais, pretende-se mostrar as características dos PEF\CEF.

Assim, será analisada a contribuição dos PEF/CEF do Comando de Fronteira Acre na defesa e desenvolvimento da Amazônia no combate aos ilícitos

transfronteiriços, verificando oportunidades de melhoria a fim de aumentar as capacidades desses escalões na faixa de fronteira, ao fornecer subsídios importantes para o combate de tais crimes, tendo em conta as características ímpares desse ambiente operacional.

Esta pesquisa será desenvolvida ao longo de 2022, baseando-se em pesquisas bibliográficas e documentais realizadas nas bibliotecas da ECEME, na Internet e junto ao Comando Militar da Amazônia (CMA).

## 1.1 O PROBLEMA

Atualmente, o mundo vem enfrentando desafios mais complexos e multifacetados e no atual cenário é improvável um conflito convencional generalizado entre Estados, contudo, questões ambientais, o terrorismo, questões humanitárias, e principalmente, os ilícitos transfronteiriços, passaram a compor papel importante nas discussões internacionais sobre segurança.

Essas questões foram elevadas à categoria de “novas ameaças”, tendo um caráter não tradicional e estando presentes em toda a Amazônia brasileira e, assim, havendo a necessidade de serem vistas e tratadas como riscos à soberania nacional, pois, podem vir a servir de pano de fundo para justificar uma possível ingerência ou intervenção externa, por meio de países ou organismos multilaterais, sobre a Amazônia, utilizando o discurso da incapacidade do Brasil em resolver esses problemas por si só. Em suma, as ameaças não tradicionais, em especial os crimes transfronteiriços, evidenciam a preocupação do país quanto à defesa e manutenção da soberania nacional na Amazônia.

As Forças Armadas passaram a dar maior importância a novas questões e têm feito uma reavaliação das vulnerabilidades estratégicas baseando-se no novo panorama estratégico sul-americano, começando a priorizar as fronteiras norte em face da tranquilidade existente no cenário das fronteiras sulinas. Assim sendo, as fronteiras amazônicas passam a ganhar papel prioritário para as questões de defesa e segurança nacional, o que acarreta uma miríade de modificações nas concepções doutrinárias e organizacionais das Forças Armadas, tornando a Amazônia prioridade estratégica nacional.

Sem dúvida, o Exército Brasileiro (EB), tem nos Pelotões e Companhias Especiais de Fronteira vetores que impulsionam a alta credibilidade dessa instituição

nacional junto à sociedade, tendo também uma grande capilaridade ao longo da faixa de fronteira amazônica em comparação a outras instituições. Junta-se a isso, suas capacidades estruturais, que geram condições de apoio às demais entidades governamentais envolvidas na tarefa de vigiar e proteger as fronteiras.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro considera as CEF/PEF como fundamentais no sistema de defesa e desenvolvimento da região fronteira, sendo consideradas importante ferramenta na busca de informações vitais à segurança e vigilância da faixa de fronteira terrestre e fluvial.

Deste modo, com base em todos os fatores supracitados, chega-se à formulação do seguinte problema: Qual a importância dos Pelotões e Companhias Especiais de Fronteira do Cmdo Fron AC no quanto ao combate aos ilícitos transfronteiriços, na região amazônica?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem por objetivo geral, através da informação científica relevante e atualizada, analisar as missões desencadeadas pelas CEF/PEF do Comando de Fronteira Acre, a fim de obter subsídios para a melhor compreensão da capacidade desses escalões na faixa de fronteira, direcionadas ao combate aos crimes transfronteiriços.

Por meio de fonte de consulta contextualizada com o cenário atual, pretende-se contribuir para a defesa e manutenção da soberania nacional, como componente da Estratégia Nacional de Defesa, e conseqüentemente o aumento da operacionalidade do Exército Brasileiro.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de delimitar e viabilizar a consecução do objetivo geral, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitirão encadear logicamente o raciocínio descritivo apresentado neste trabalho. São os seguintes:

a. Descrever o cenário internacional atual e as principais ameaças não tradicionais presentes no Comando de Fronteira Acre

b. Caracterizar a Companhia e o Pelotão Especial de Fronteira de um Comando de Fronteira/ Batalhão de Infantaria de Selva; e

c. Analisar a contribuição dos PEF/CEF do Comando de Fronteira Acre para o combate dos crimes transfronteiriços, visando favorecer a defesa e desenvolvimento daquela região.

### 1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

As questões de estudo são os pontos de partida para se encontrar um caminho que leve ao melhor conhecimento acerca do problema, o que é fundamental para se chegar a uma solução para o mesmo (RODRIGUES, 2004 apud NETO, 2006, p. 18).

Neste sentido, algumas questões de estudo foram formuladas no intuito de elucidar o questionamento levantado na formulação do problema. São as seguintes:

a. Quais são as características dos novos cenários internacionais e suas influências ?

b. O que são crimes transfronteiriços e de que forma estão presentes na faixa de fronteira do Comando de Fronteira Acre?

c. O Exército está tratando dos crimes transfronteiriços como questões que atentam contra a soberania nacional e vem atuando sobre elas?

d. De que forma, atualmente, está estruturado o Cmdo Fron AC/ 4º BIS?

e. Quais são as possibilidades e limitações das Companhias e Pelotões Especiais de Fronteira?

f. Quais são as deficiências do atual Guia do Comandante de Fronteira no combate aos crimes transfronteiriços?

g. Qual a contribuição dos PEF/CEF do Comando de Fronteira Acre para o combate dos crimes transfronteiriços, visando favorecer a defesa e desenvolvimento daquela região.

As respostas dessas questões servirão como base para o presente trabalho, elucidando de forma mais didática o presente problema apresentado.

## 1.4 VARIÁVEIS

No presente trabalho, o emprego das CEF/PEF será compreendido como as ações que a tropa irá desenvolver, de forma efetiva, tanto no campo operacional, como de caráter administrativo, visando cumprir suas atribuições e missões elencadas no Guia do Cmt de Fronteira. Esta variável pode ser manipulada levando-se em consideração os fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis que formam o acrônimo DOAMEPI (doutrina, organização e/ou processos, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura).

Variável dependente	Dimensão	Indicadores	Forma de Medição
Emprego das CEF/PEF	Operacional Logística	Planejamento Baseado em Capacidades (Doutrina e Organização) DOAMEP	Pesquisa bibliográfica e documental
		Planejamento Baseado em Capacidades (Adestramento e Material)	

QUADRO 1 – Definição operacional da variável emprego das CEF/PEF.

Fonte: o autor

Nesse sentido, essa variável poderá ser analisada em situações que visam à defesa e o desenvolvimento da fronteira sudoeste da Amazônia, onde ocorrem ações **operacionais e/ ou administrativas** eficientes por parte do Exército Brasileiro, tomando como base o novo cenário internacional presente no mundo atual.

Assim, os resultados na obtenção de conhecimentos, na análise das ações eficientes da defesa e desenvolvimento da Amazônia são impactados pela manipulação da variável independente.

Dentro desse contexto, essa pesquisa será delimitada e conduzida no Comando Fronteira Acre/4º BIS (espaço) e durante o ano de 2022.

Variável independente	Dimensão	Indicadores	Forma de Medição
Preparo da CEF/PEF baseado no Planejamento Baseado em Capacidades e no Guia Cmt de Fronteira	Defesa	Ações contra os crimes transfronteiriços	Pesquisa bibliográfica e documental
		Atuação através de ações preventivas e repressivas	
	Público Interno e Sociedade local	Importância para a vivificação da fronteira	
		Relacionamento da CEF/PEF com a sociedade em volta.	
		Desenvolvimento socioeconômico da região	
		Incorporação de militares da região	
		Importância das missões de “vida e trabalho” para a região	

QUADRO 2 – Definição operacional da variável missões da CEF/PEF.

Fonte: o autor

## 1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Com o intuito de melhor compreensão e maior acessibilidade à presente pesquisa, será proposto o enfoque voltado para estudar a melhor forma de cumprir a principal missão das CEF/PEF do Comando de Fronteira Acre, na atuação como sensor permanente de inteligência da Força Terrestre na faixa de fronteira, com foco no papel na vigilância constante e efetiva, abordando a contribuição para a defesa e desenvolvimento da Amazônia, principalmente frente aos crimes transfronteiriços nos últimos 5 anos.

Assim, este trabalho será delimitado com o fito de analisar as missões desencadeadas pelas CEF/PEF do Comando de Fronteira Acre, bem como obter

subsídios para o entendimento da capacidade desses escalões no combate aos crimes transfronteiriços. Para isso, serão descritas as principais ameaças não tradicionais, especialmente os crimes transfronteiriços no Comando de Fronteira Acre, dentro contexto do atual cenário internacional. Além disso, serão caracterizadas a Companhia e o Pelotão Especial de Fronteira de um Comando de Fronteira/ Batalhão de Infantaria de Selva.

Por último, o estudo delimita-se a analisar a contribuição dos PEF/CEF do Comando de Fronteira Acre na defesa e desenvolvimento da Amazônia em face do dos crimes transfronteiriços.

## 1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O Exército Brasileiro está se adequando às diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa, sendo notadamente a organização sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença (BRASIL, 2022). Assim, a instalação dos PEF na faixa de fronteira ganhou nova dimensão e atenção da sociedade brasileira (LUIZ, 2009).

As missões militares principais de uma CEF/PEF, conforme preconizam as IP-72-20, O Batalhão de Infantaria de Selva (BRASIL, 1997, p.9-4), são a vigilância e o reconhecimento da fronteira. Tais missões estão intimamente ligadas à defesa da Amazônia. A extensa faixa de fronteira amazônica é objeto da soberania nacional e é por meio dela que ocorrem crimes transfronteiriços, causando inúmeros problemas sociais e gerando instabilidade na ordem pública do país.

Observa-se a importância de um estudo para que haja o entendimento que a CEF/PEF tem uma parcela de contribuição bastante significativa para defesa da região, e por consequência para defesa da nação por motivos já abordados acima. Outrossim, ocorre uma contribuição sensível para o desenvolvimento da região na qual estão instalados, na medida em que há investimentos e atenções voltados para a área.

Nesse sentido, é crível constatar como o emprego da CEF/PEF na fronteira sudoeste pode trazer benefícios para o desenvolvimento regional, verificando suas possibilidades e limitações. Esse entendimento será facilitado ao verificar como se torna fundamental a presença física constante do Exército Brasileiro na área.

Destaca-se nesse estudo o papel fundamental que as CEF/PEF têm para contribuir com o desenvolvimento da região em seu entorno. Por serem, quase sempre, a única presença do Estado na região de fronteira, servem como fator de desenvolvimento econômico, apoio de saúde, inclusão social e digital, além de outros vetores não combatentes que conduzem a uma melhoria de vida na região.

Dessa forma, o presente trabalho pretende ampliar a visão sobre o emprego das Companhias e Pelotões Especiais de Fronteira, dentro do ambiente amazônico e de suas características, mostrando aos futuros comandantes de CEF e PEF formas de como atuar para além de cumprir a missão precípua de defender a soberania do país, atuar no combate aos crimes transfronteiriços.

Em resumo, espera-se que o resultado desse trabalho sirva de parâmetro para estudos mais aprofundados sobre o tema em questão, bem como fornecer informações úteis para o fomento de pesquisas ou para a construção de cenários prospectivos. Ademais, irá agregar lições aprendidas e boas práticas, que se adotadas contribuirão para a defesa da fronteira e no desenvolvimento da região Amazônica.

## **2. METODOLOGIA**

Nessa seção é apresentada a metodologia que será utilizada para desenvolver o trabalho, evidenciando-se os seguintes tópicos: tipo de pesquisa, coleta de dados, tratamento de dados e limitações do método.

### **2.1 TIPO DE PESQUISA**

O presente trabalho irá considerar uma abordagem qualitativa, descritiva e bibliográfica. A pesquisa é qualitativa, visto que requer procura de fontes de informações em diversas áreas de defesa e desenvolvimento. Descritiva porque pretende evidenciar as ações governamentais que refletem o desenvolvimento e integração regional. Bibliográfica porque terá sua fundamentação teórico-metodológica baseada na investigação de documentos oficiais, livros, artigos, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral.

Este trabalho constitui-se, quanto à natureza, em uma pesquisa aplicada, porque pretende produzir um conhecimento que possui aplicação prática e é dirigido

a uma situação específica bem determinada. Assim, tem como objetivo um conhecimento que possui aplicação prática para o EB, em especial para a Companhia e Pelotões Especiais de Fronteira.

## 2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

A amostra a ser pesquisada será de oficiais de carreira do Exército que comandaram a Companhia Especial de Fronteira do Comando de Fronteira Acre nos últimos 5 anos. Foi assim definida por entender que essa amostra abrange militares que têm conhecimento acadêmico, além de importante experiência profissional por já terem exercido função de comando nesse no escalão analisado.

A amostra irá procurar alcançar um número coerente de questionários respondidos, para que garanta ao menos um erro amostral máximo de 10% e um nível de confiança de 90%.

A amostra também será bastante adequada, uma vez que será consultado oficiais que atualmente estão comandando esse tipo de tropa de fronteira, o que proporcionará mais confiabilidade já que estará diante de um cenário atual, possibilitando também agregar conhecimento a este trabalho.

## 2.3 COLETA DE DADOS

Esta pesquisa obterá os meios de informação utilizando pesquisa bibliográfica de literatura (livros, manuais, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas) de fontes confiáveis e com dados pertinentes aos propostos no referencial teórico. Nesta oportunidade, será feita a seleção da documentação que será utilizada para atingir os objetivos do trabalho.

## 2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, na qual fica evidenciada a procura subjetiva de fontes de informação, desde as rasas até as mais profundas, o tratamento dos dados se dará de forma não estatística. Em decorrência, serão empregadas as técnicas de análise de conteúdo, histografia e o método comparativo. A análise de conteúdo permitirá obter significados apurados do conhecimento levantado. Por fim,

o estudo irá destacar as necessidades de ações estratégicas por parte do Estado brasileiro, apoiando o atingimento dos objetivos deste trabalho.

## 2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método escolhido possui limitações, haja vista que por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, estará limitada às consultas realizadas pelo autor, que buscará a maior variação possível. Além disso, será realizada uma pesquisa de campo e documental. Entende-se como de extrema importância a seleção criteriosa das fontes a serem utilizadas no trabalho, a fim de se evitar que a análise subjetiva seja tendenciosa. Com isso, acredita-se que a metodologia escolhida permitirá alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

## 3 O CENÁRIO INTERNACIONAL ATUAL

O fim da Guerra Fria e do conflito ideológico que dividia o mundo entre capitalismo e socialismo deixou o Ocidente sem um inimigo claro. Deixou-se de lado a possibilidade de conflito entre duas potências e passaram a existir focos de conflitos regionais por diversos motivos. O inimigo não era mais um Estado constituído, com população, governo e território definidos, e sim atores não estatais (MAIA, 2012).

O conceito de “novas ameaças” ou ameaças não tradicionais adquiriu centralidade nas políticas de segurança e defesa desenvolvidas pelos Estados Unidos, especialmente após os eventos de 11 de setembro de 2001. Tal definição envolve algumas atividades diversificadas, como o terrorismo e o crime organizado em geral (narcotráfico e tráfico de armas, por exemplo). Esse conceito também se expandiu para as políticas de segurança e defesa daqueles Estados, setores e organismos influenciados pelos Estados Unidos, disseminando-o (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019).

Alguns autores acreditam que concomitantemente à perda de centralidade do Estado nas relações internacionais e ao crescimento da importância de novos fatores – está se vivendo, na atualidade, um processo de “securitização” de novos setores da sociedade. Tal processo se inicia com a extensão do conceito de segurança para outras áreas, como o meio ambiente e até mesmo a vida dos indivíduos (PILETTI, 2008, p. 8). Outros autores complementam o conceito ora apresentado:

A securitização é um processo intersubjetivo e socialmente construído. Para que uma questão seja “securitizada” é necessário que a opinião pública respalde o discurso de um ator “securitizador” (que pode ser um representante do governo ou um ator não estatal, como, por exemplo, o membro de uma ONG) sobre a existência de uma ameaça que pode comprometer a sobrevivência de um determinado objeto de referência (o Estado, a cultura de uma sociedade, o meio ambiente, um grupo étnico, etc.) e a adoção de medidas emergenciais e fora dos parâmetros normais do procedimento político (BUZAN, WEVER, WILDE, 1998 apud MARQUES, 2007, p. 16).

Com esse novo contexto, questões antes desprezadas na época da Guerra Fria, tais como devastação ambiental, desrespeito aos direitos humanos, conflitos étnicos, correntes migratórias internacionais, terrorismo, corridas armamentistas regionais, proliferação de armas de destruição em massa e ilícitos transnacionais, ganharam bastante destaque, sendo elevadas à categoria de “novas ameaças” à segurança internacional. Esses novos temas da agenda global estão provocando preocupações nos Estados soberanos, já que a porosidade das fronteiras dos países os torna palcos de crimes transfronteiriços, o que suscita a necessidade de se adotar medidas em prol de uma melhor preparação nas tropas de fronteira, passando a adotar medidas em prol da dita securitização. (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019).

Assim, é primordial que as tropas de fronteira estejam preparadas para lidar com tais ameaças, já que é motivo de preocupação e fruto de pressão internacional a ocorrência de situações antes desprezadas pelas nações.

### 3.1 As ameaças não tradicionais

Em discurso proferido em 2002 na XXXII Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, o Embaixador Osmar Vladimir Chohfi, representante da delegação brasileira, observou que houve uma “transferência de prioridades que antes se situavam no campo da defesa, referida às missões clássicas das Forças Armadas, para o terreno mais amplo e difuso da segurança”. Na opinião do Embaixador (MAIA, 2012, p. 17):

Os principais problemas que enfrentam os Estados americanos neste início do século não provêm fundamentalmente de possíveis ameaças militares externas, e sim de um conjunto inédito de desafios,

chamados por isso mesmo de “novas ameaças”, que abrangem desde o crime organizado transnacional – em particular o narcotráfico – até o terrorismo, passando pelo contrabando de armas, a corrupção, a lavagem de dinheiro e as vulnerabilidades inerentes ao processo de globalização, entre outros (CHOHFI, 2002 apud MAIA, 2012, p. 17).

As ameaças de caráter não tradicional estão presentes em toda a Amazônia brasileira e, assim sendo, necessitam ser vistas e tratadas não só como uma ameaça à soberania nacional, mas sim como a principal ameaça na atualidade. Tais ameaças podem vir a servir de pretexto para justificar uma possível ingerência ou intervenção externa sobre a Amazônia, com o discurso de que o Brasil seria incapaz de resolver tais problemas.

### 3.2 O Brasil diante dos novos cenários internacionais

Tradicionalmente, no Brasil, por questões histórico-culturais e até mesmo de ordem operacional, os assuntos de defesa ainda são pouco debatidos pela sociedade civil, e, particularmente, pelo poder político, não sendo frequentes no debate parlamentar, até porque não proporcionam grande retorno eleitoral (LOURENÇÃO, 2007, p. 13).

Segundo Siqueira (2010, p. 10) “o Brasil é hoje uma potência estratégica que possui recursos naturais fundamentais para a humanidade no século XXI e que passou a ocupar uma posição de destaque no contexto internacional”. Assim sendo, nos últimos anos, é visível a preocupação e o esforço do Brasil em tornar o tema da defesa nacional mais presente nas discussões da sociedade civil e do poder político. Tal esforço pode ser observado, por exemplo, com a iniciativa do Ministério da Defesa em realizar um concurso de monografias, teses e dissertações sobre defesa nacional nos anos 2000, com o objetivo de estimular, no meio civil, o desenvolvimento de pesquisas e os estudos acadêmicos sobre temas relativos à defesa nacional.

Do ponto de vista político, nota-se o engajamento com os assuntos relativos à defesa nacional, com a sanção da Lei Complementar 136, de 25 de agosto de 2010, que altera a Lei Complementar 97/1999, a qual destaca em um de seus artigos:

Art. 9º O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças

Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei. [...]

§ 3o O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações:

I - a Política de Defesa Nacional;

II - a Estratégia Nacional de Defesa;

III - o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 1999).

Os documentos supracitados (Política Nacional de Defesa - PND, Estratégia Nacional de Defesa - END e o Livro Branco de Defesa Nacional – LBDN) constituem-se como documentos esclarecedores sobre as atividades de defesa do Brasil.

A PND é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional, coordenadas pelo Ministério da Defesa. Voltada essencialmente para ameaças externas, estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional (BRASIL, 2005, p. 1).

Ao conceituar o atual cenário internacional, a PND ressalta que:

Neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce, de alimentos e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos ou a disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados, configurando quadros de conflito. Por outro lado, o aprofundamento da interdependência dificulta a precisa delimitação dos ambientes externo e interno.

Com a ocupação dos últimos espaços terrestres, as fronteiras continuarão a ser motivo de litígios internacionais.

[...]

A questão ambiental permanece como uma das preocupações da humanidade. Países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo podem tornar-se objeto de interesse internacional.

As mudanças climáticas têm graves consequências sociais, com reflexos na capacidade estatal de agir e nas relações internacionais (BRASIL, 2020, p. 2-3).

Observa-se que, ao conceituar o ambiente internacional na atualidade, a PND deixa claro que uma das principais prioridades para a defesa nacional é a Amazônia e, conseqüentemente, a fronteira amazônica. Além disso, nota-se o grande destaque

dado às ameaças não tradicionais, as quais poderão vir a justificar uma ingerência em assuntos internos.

Quando da conceituação do ambiente regional e do entorno estratégico, a PND evidencia a preocupação do Brasil com as suas fronteiras, inclusive, devido à presença das ameaças não tradicionais:

A existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais pode provocar o transbordamento de conflitos para outros países da América do Sul. A persistência desses focos de incertezas é, também, elemento que justifica a prioridade à defesa do Estado, de modo a preservar os interesses nacionais, a soberania e a independência (BRASIL, 2005, p. 4).

Finalmente, no que se refere especificamente à Amazônia, a PND diz que:

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias.

A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. **O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.** (BRASIL, 2005, p. 5, grifo nosso).

Infere-se parcialmente, que o Brasil deve se preocupar com a nova temática da agenda global. Esse novo cenário internacional pode trazer problemas internos para o país, na medida em que ocasiona aumento da violência nas fronteiras, bem como acarreta pressões internacionais que influenciam no campo de poder político e econômico, sobretudo devido a multipolaridade das relações entre os países e da importância dada atualmente a fatores como questões ambientais e humanitários.

#### **4. ORGANIZAÇÕES MILITARES DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA**

Em se tratando de segurança e defesa na Amazônia, remete-se ao papel das Forças Armadas e à presença do Exército Brasileiro na região. Para isso, a seção seguinte apresentará as principais organizações militares que a Força Terrestre

mantém na área, principalmente os grandes comandos operativos até pelotões de fronteira. Além disso, será abordado os antecedentes, o Comando Militar da Amazônia e seus Batalhões de Infantaria de Selva, entretanto o foco da análise será a estrutura geral das CEF e dos PEF, sua subordinação e principalmente sua estrutura logística e de pessoal, verificando a missão que lhe é definida pelo EB, suas possibilidades e limitações.

#### 4.1 Antecedentes

Durante a colonização portuguesa foram demarcadas as fronteiras terrestres, sendo estruturados com fortes e como o objetivo de garantir a posse dos territórios descobertos. Apesar de na época ainda não haver um Exército claramente definido e constituído, já havia uma vinculação com a colonização da Amazônia, iniciando através da fundação do Forte Presépio por Francisco Caldeira Castello Branco, em 1616, forte este que deu origem à cidade de Belém do Pará (TEIXEIRA, 2006, p.56).

Com o passar dos séculos, os colonizadores fundaram diversos outros fortes, principalmente a partir da expedição do Capitão Pedro Teixeira em 1637. No século XIX, começaram a surgir as fundações de Colônias Militares, fundadas no intuito de proteger e incentivar o povoamento das fronteiras do Brasil, tais colônias constituíram-se, por muito tempo na única representação luso-brasileira naquela área, e foram embriões de cidades que existem até hoje, porém, foi na ação do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon que foi consolidado a presença do Exército com a região Amazônica e que uniu a região com o restante do país, além de estabelecer condições mínimas para seu povoamento, através da construção das linhas telegráficas (TEIXEIRA, 2006, p.56 e 57).

#### 4.2 Comando Militar da Amazônia

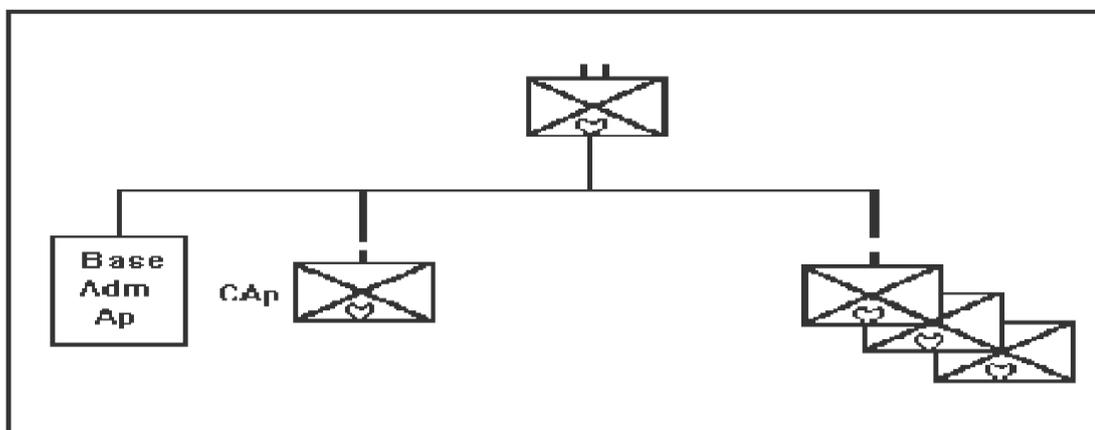
O Comando Militar da Amazônia (CMA) é constituído de 05(cinco) brigadas de infantaria de selva (1ª, 2ª, 16ª, 17ª, 23ª), 02 (duas) Regiões Militares (8ª e 12ª) Regiões Militares, que por serem grandes comandos-administrativos estão localizadas nas duas principais capitais da região norte, Belém-PA e em Manaus-AM respectivamente, além disso, conta também com o 2º Grupamento de Engenharia de Construção e com organizações militares diretamente subordinadas.

O Centro de Operações do CMA (COp/CMA) orienta e dirige a missão militar das CEF e dos PEF, por meio dos escalões enquadrantes (BRASIL, 2009, p. 13).

#### 4.3 Batalhão de Infantaria de Selva

Enquadrado nas Brigadas de Infantaria de Selva estão os Batalhões de Infantaria de Selva (BIS), localizados em área de fronteira, que possuem como missão principal realizar a vigilância na faixa de fronteira amazônica, além dos encargos normais de qualquer Organização Militar (OM).

O BIS é constituído por um comando, um estado-maior, uma companhia de comando e apoio, um número variável de até 03 (três) companhias de fuzileiros de selva e uma base de administração e apoio (nem todos a possuem), que tem a responsabilidade de prestar o apoio administrativo e logístico à unidade.



ORGANOGRAMA 1 - Organograma do BIS sediado em faixa de fronteira.  
Fonte: BRASIL (1997, p.9-2).

#### 4.4 Companhia Especial de Fronteira (CEF)

As CEF são frações destacadas, localizados próximos a fronteira, com a missão principal de realizar a vigilância, tanto na fronteira seca como na fronteira fluvial.

É primordial que se compreenda no escopo de tal pesquisa quanto à estrutura geral das CEF e dos PEF, destacando suas características logísticas e de pessoal, com base em suas missões, possibilidades e limitações, dando ênfase na parte operacional e na atuação dessas tropas no combate aos crimes transfronteiriços da atualidade.

As CEF/PEF não marcam apenas a presença do Exército na fronteira da região amazônica, como também a presença do Estado, atuando de modo estratégico, pois protege e ocupa os vazios demográficos, livrando-os de influências externas, o que demonstra a importância geopolítica exercida pelos PEF (BENTO, 2003, p. 78).

As CEF e os PEF estão distribuídos pelos seis estados da Região Norte que tem fronteira, totalizando vinte e nove destacamentos de diferentes efetivos (COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA, 2007), sendo previsto que, até 2019, haja um total quarenta e oito em operação, como parte do projeto Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) (PERIN, 2011).

A estrutura prevista da CEF é variada, fruto da extensão da área de fronteira do comando de fronteira enquadrante, havendo comandos de fronteira com número de pelotões diferente do doutrinariamente previsto na Companhia de Fuzileiro de Selva que é 03 Pelotões de Fuzileiros e mais 01 Pelotão de Apoio. O efetivo previsto do PEF é de 67 (sessenta e sete) militares, porém podem viver mais de 100 (cem) pessoas em função do pelotão, pois são incluídas as famílias dos militares. Diante disso, o efetivo da CEF vai ser em função do número de PEF que ele tem a seu comando de acordo com a área de fronteira de cada Comando de Fronteira.

#### 4.5 Organização

A CEF/PEF possui uma constituição diferente em sua organização, pois se baseia na Tríade Vida–Combate–Trabalho, dessa forma há a necessidade de outras equipes de trabalho, que não são comuns em outros pelotões. Ressalta-se que nas tropas de fronteira há uma carga administrativa grande, apesar de não ter autonomia administrativa exerce um trabalho idêntico a uma OM, guardado as devidas proporções, além da grande gama de missões operacionais, portanto, é necessário um efetivo significativamente maior que de um Pelotão de Fuzileiros comum.

#### 4.6 Missões das CEF e dos PEF

Baseada na Tríade Vida-Combate-Trabalho o PEF tem, além de sua destinação voltada para o combate, apresenta outra missão de importância similar: a de desenvolver as comunidades localizadas no entorno, destacando-se aí o apoio de

saúde à população local e apoio aos outros órgãos públicos na faixa de fronteira, entre outros (BRASIL, 1997).

A tríade é sintetizada da seguinte forma pelo Comando Militar da Amazônia “(...) vida, combate e trabalho. Vida: atividades ligadas à sobrevivência do PEF; Combate: atividades militares; e Trabalho: ligado aos serviços em favor do Pelotão e da comunidade” (BRASIL, 2007).

Logo, verificamos que os Pelotões Especiais de Fronteira/CEF atuam focados em desenvolver a região de fronteira, não só pela missão de vigiar e proteger a faixa de fronteira, sendo os “olhos e ouvidos” do EB na fronteira Amazônica, mas também por ser a presença do Estado, às vezes a única, sem esquecer a inclusão social que realiza nessas áreas isoladas pelo próprio trabalho desenvolvido no dia a dia.

A missão do PEF é a vigilância da fronteira, cooperando ainda com a vivificação da área. Assim, as suas tarefas não se limitam à atividade militar, estendendo-se também às atividades complementares. Estas últimas ligam-se basicamente à produção, em pequena escala, de gêneros alimentícios de origem vegetal e animal e à prestação de serviços para si próprio e para a comunidade civil existente ao redor do aquartelamento (BRASIL, 1997).

## 5. DOCTRINA DE EMPREGO NA FAIXA DE FRONTEIRA

O Governo Brasileiro, através da Estratégia de Defesa Nacional (END), tem o objetivo a médio e longo prazo modernizar a estrutura nacional de defesa, para conseguir esse intento, deseja atuar em três eixos principais: reorganização e formulação da política de composição dos efetivos das FFAA e reestruturação da indústria brasileira de material de defesa.

Nas diretrizes da END, existem algumas diretamente relacionadas às fronteiras brasileiras, dando ênfase maior à faixa amazônica e destacando em suas palavras a importância da vigilância, controle, monitoramento e presença das FFAA na área:

1. **Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres [...]** (p. 4).
9. **Adensar a presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras. [...].** A presença ganha efetividade graças à sua relação com **monitoramento / controle e com mobilidade**. Nas fronteiras terrestres e nas águas jurisdicionais brasileiras, as unidades do Exército, da Marinha e da Força aérea têm, sobretudo, tarefas de **vigilância** (p. 6).

[...] **Os vigias alertam. As reservas respondem e operam.** E a eficácia do emprego das reservas táticas regionais e estratégicas é proporcional à capacidade de elas atenderem à exigência da mobilidade (p. 7).

10. **Priorizar a região amazônica.** A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa [...] exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. [...] (p. 7). [...]. **Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil** (p. 7).

11. Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica. Daí a importância de se possuir estruturas de transporte e de comando e controle que possam operar em grande variedade de circunstâncias, inclusive sob as condições extraordinárias impostas por um conflito armado (p. 7). (BRASIL, 2008, grifo nosso).

No quadro de defesa externa, a Doutrina Gama estabelece os fundamentos do emprego da Força Terrestre (F Ter) na área estratégica Amazônia indicando que o combate nessa área terá sua atuação predominantemente na área de selva, porém, atuará também em localidades, em um contexto de operação convencional (BRASIL, 1997, p. 2-1).

A F Ter na Defesa Externa da Amazônia possui 02 (duas) hipóteses de emprego, estando diretamente ligadas ao poder militar oponente. Se o poder militar oponente é semelhante ou inferior, o ideal é um combate rápido, utilizando o emprego de força regular, em um cenário de combate convencional e utilizando sempre a Ofensiva como principal estratégia. Se o Poder militar do inimigo é incontestavelmente superior, nossas forças regulares serão empregadas para um combate não convencional e duradouro, procurando evitar um engajamento direto com o oponente, utilizando assim a estratégia da Resistência - Doutrina Gama –Romeo (GR). (BRASIL, 1997, p. 3-1).

Para as IP 100 – 2, Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre na Defesa Interna – Doutrina Alfa (BRASIL, 1997 f), há uma grande preocupação por parte do Exército Brasileiro com relação à manutenção contínua dos equipamentos e armamentos, para que não fiquem obsoletos conforme os avanços tecnológicos e que sempre estejam em consonância com as necessidades de emprego para a defesa da Amazônia.

Em um contexto de Defesa Interna, o EB utilizará a Doutrina Alfa, que estabelece como se atuará em uma situação que tenha que garantir os Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem. Definindo a missão do EB de modo preventivo,

repressivo e operativo contra qualquer forma de ameaça ou agressão que, apoiada ou não do exterior, comprometa a lei, a ordem e os fundamentos do Estado Democrático de Direito e, também, cooperar com os esforços do governo no combate aos ilícitos e crimes transnacionais, nesse contexto os PEF devem atuar em ações conjuntas com os outros organismos de segurança pública na faixa de fronteira (BRASIL, 1997, p. 1-2).

Entende-se como Agente Perturbador da Ordem Pública (APOP) os segmentos que atuam dentro dos movimentos fundiário, educacional, indígena, sindical e religioso, bem como diversos movimentos populares e de garimpeiros, que instigam ações radicais e violentas. O crime organizado também é considerado uma força adversa, pois atuam nos ambientes rural e urbano, e principalmente nas regiões fronteiriças, através do narcotráfico, contrabando de armas, biopirataria, extração ilegal de madeira e até terrorismo, caracterizando assim os ilícitos internacionais. (BRASIL, 2014, p. 15).

Por vezes, e não poucas os oponentes supracitados são de nacionalidade brasileira, que devido às dificuldades econômicas e sociais que se encontram acabam agindo de maneira ilegal, quase sempre influenciados por líderes aproveitadores e com interesses escusos e na maioria das vezes se aproveitando da inocência e baixa intelectualidade da população da área, incitando os a agir com violência.

Em suma, a doutrina de emprego dos PEF, quando for determinado que o EB aja na solução de uma crise ou um conflito armado, deverá priorizar a estratégia da DISSUASÃO, empregando para isso o princípio da MASSA, e sempre que for possível agindo de maneira pacífica. Entretanto, a estratégia a ser adotada, quando necessário o uso da força, será a da ofensiva (BRASIL, 1997, p. 3-1,).

Portanto, é verificado que devido à grande extensão da faixa de fronteira brasileira ela se torna quase inabitada em sua grande parte, é isso ajuda para que os ilícitos aconteçam, não havendo assim a devida fiscalização e monitoramento, já que o Estado Brasileiro tem dificuldades em vigiar e controlar tão vasta área, influenciando assim, não somente a soberania nacional, defesa externa, como também a defesa interna, pois essa falta de vigilância favorece o tráfico de drogas e de armas, contribuindo para a instabilidade da ordem pública interna e dificultando as políticas de segurança pública.

Assim sendo, o papel das CEF/ PEF é fundamental, pois atua na vigilância da faixa de fronteira amazônica, sendo, em grande trecho dessa faixa na maioria das vezes, os únicos representantes.

## 5.1 Vida, Combate e Trabalho

As missões dos PEF e das CEF envolvem a tríade Vida, Combate e Trabalho. O vetor Vida está relacionado à sobrevivência em regiões, por vezes inóspitas, e sem as estruturas básicas suficientes. No campo militar, relaciona-se o Combate e por último, mas não menos importante é a execução de serviços diversos, configurando o Trabalho como sendo o terceiro vértice do triângulo. O cumprimento integral da missão das tropas de fronteira é concretizado por meio da dosagem equilibrada e harmônica do esforço a ser desenvolvido em cada uma dessas atividades, favorecendo a OM e a comunidade civil que vive nas imediações dos respectivos aquartelamentos. Além disso, tais campos conjugados promovem a proteção tão necessária ao PEF e seu entorno, bem como a defesa e o desenvolvimento da região.

A prioridade do PEF deve estar no cumprimento de sua missão de natureza militar - O COMBATE. As outras missões - VIDA e TRABALHO - assinalam o seu caráter de OM de natureza especial e destinam-se à melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho de toda a comunidade. (BRASIL, 2017, p. 22)

### 5.1.1 Vida

Conforme o Guia do Comandante de Fronteira (GCOMFron), versão 2017, o CMA identifica os seguintes aspectos relacionados a essa atividade:

- a) Saúde: educação preventiva, tratamento, prevenção de acidentes de trabalho e domésticos, palestras para desenvolver atitudes contrárias a vícios e exames das instalações sanitárias de rancho, dos PNR e das circunvizinhanças dos PEF, na busca de focos de disseminação de doenças.
- b) Educação: funcionamento das escolas nos PEF, inclusão dos interessados no Sistema de EAD do Colégio Militar de Manaus, programas como o "Educação de Jovens e Adultos", assim como em programas específicos de leitura e de formação musical dos integrantes da fanfarra do PEF.

c) Lazer: esporte, organização de competições, reuniões comunitárias, construção de parques infantis, passeios, apresentações musicais de corais e fanfarra, escolinhas desportivas aproveitando às instalações dos PEF.

d) Alimentação: Por meio da produção de alimentos conduzida pelo Sgt Agrário, que deve dedicar tempo integral à sua função, sem desvio admitido. Mais do que um simples plantador de hortaliças e criador de pequenos animais na área do quartel, ele é um técnico em assistência e extensão rural, destinado a ensinar e a incentivar as comunidades no entorno dos PEF a estabelecer uma produção rural continuada e permanente, para benefício próprio do Pelotão e de seus familiares. (BRASIL, 2017, p. 23)

e) Sobrevivência: aprendizagem intensiva do Caderno de Instrução CLI 0-7-1 do COTER - Logística de Subsistência; e seleção, composição e adestramento das equipes de caça e de pesca.

f) Esperança: trabalho de profissionais da área de saúde (psicólogos), ação de comando, desenvolvimento da fé religiosa e participação das esposas. (BRASIL, 2017, p. 23)

### 5.1.2 Combate

Segundo o GCOMFron, por ser uma OM destacada e de pequeno escalão, normalmente empregada isoladamente em área de selva, o PEF deve estar apto a cumprir as seguintes missões:

- Vigiar pontos ou frentes limitadas;
- Reconhecer área, frente, eixo fluvial ou terrestre, dentro de sua área de atuação;
- Defender as suas instalações contra a ação de Forças Adversas;
- Controlar a utilização do campo de pouso do PEF;
- Controlar as pistas de pouso na sua área;
- Realizar as medidas de controle no solo, constantes das Normas de Segurança de Defesa Aérea (NOSDA), quando a defesa aérea, realizando as medidas de policiamento do espaço aéreo, obrigar alguma aeronave interceptada a pousar na pista dos pelotões;
- Realizar a vigilância aérea, informando, de imediato, ao COMDA/COMDABRA, através do Sistema VSAT, e na primeira oportunidade, via canal de comando, ao Centro de Coordenação de Operações do CMA (CCOp/CMA);

### 5.1.3 Trabalho

Com relação a essa atividade o GCOMFron identifica os seguintes aspectos:

- a) Serviços: funcionamento de oficinas como: carpintaria, marcenaria, serralheria, solda elétrica e oxigênio,

manutenção de embarcações, da rede hidráulica, da eletricidade predial e da rede do PEF trabalhos/consertos em alvenaria e artesanato local.

b) Tecnologia: funcionamento e manutenção do sítio de antenas, das placas solares, dos conversores e das baterias do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM/VSat), do GESAC, da EB Net Fron, do RITEX, da internet discada, dos telefones satelitais, de outros meios alternativos de comunicações, dos módulos digitais, da telemedicina, entre outros meios de Tecnologia da Informação que forem incorporados aos PEF.

c) Construção e manutenção: evolução do PEF de acordo com seu Plano Diretor e apoio à construção de moradias dignas aos habitantes das circunvizinhanças, sem ônus para o Exército. Além da preservação do patrimônio distribuído ao PEF, seguindo as orientações de cada Órgão Provedor.

## 5.2 Atuação contra ilícitos na Faixa de Fronteira

O GCOMFron traz em seu capítulo III que para atuar contra os ilícitos, há uma ampliação da ação de presença e uma atuação dinâmica dos elementos de fronteira.

Para isso, o Guia elenca as missões do PEF em prol desse objetivo, como:

- Atuação, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo (Lei Complementar Nr 97, alterada pela LC Nr 117);
- Cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, for desejável e em virtude de solicitação, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução (LC Nr 97, alterada pela LC Nr 117);
- Cooperar com órgãos públicos e de segurança estaduais, por solicitação;

Além disso, o Guia contribui para execução dessa atuação ao definir as principais ações e atividades a serem desenvolvidas pelos Elm Fron, nas diversas formas de atuação contra ilícitos na faixa de fronteira e em Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas.

As considerações gerais do capítulo que trata desse assunto versam que cabe ao Exército Brasileiro, como atribuição constitucional, atuar na faixa de fronteira terrestre, por meio de ações preventivas e repressivas, contra delitos transfronteiriços e ambientais. A atuação dos Elm Fron no combate a ilícitos na faixa de fronteira pode

ocorrer de forma isolada ou em coordenação, ou em cooperação com os órgãos públicos federais e estaduais.

Essa participação deve ter caráter permanente, respeitando-se as disposições legais e os G Cmdo/GU devem solicitar autorização ao Cmdo CMA. Ademais, a atuação com esses órgãos será, em princípio, de caráter administrativo e de curta duração. Somente excepcionalmente, e mediante ordem do Cmt Mil Amz, a participação dos Elm Fron nesse tipo de cooperação será operacional.

As principais ações visualizadas, de ocorrência na fronteira, são as ligadas aos órgãos responsáveis pela identificação e pela solução de problemas indígenas e fundiários, narcotráfico, contrabando, descaminho, exploração ilegal e predatória de recursos naturais e outras. (BRASIL, 2017, p. 28).

### **5.2.1 Ações Preventivas**

O GCOMFron estabelece diversas ações para prevenir a ocorrência dos ilícitos transfronteiriços. Dentre elas, as principais são:

- Estreitar as ligações entre os Elm Fron e os representantes dos órgãos existentes na área, visando à troca de informações sobre os problemas existentes na faixa de fronteira.

- Realizar, permanentemente, a coleta de dados com o objetivo de obter conhecimentos necessários à condução de suas operações e de cooperar com a ação dos órgãos públicos, identificando e informando delitos praticados ou presumidos.

- Apoiar as ações desenvolvidas pelos órgãos públicos federais e estaduais, quando solicitado e autorizado pelo Cmt Mil Amz, abrangendo atividades operacionais, como: instruções especializadas de tiro, sobrevivência na selva e orientação e apoio logístico como: empréstimo de equipamentos de campanha, hospedagem, alimentação e assistência médico-hospitalar nas instalações dos PEF, além de transporte rodoviário e fluvial.

- Segurança para as atividades de órgãos federais.

- Proteção dos meios de transporte de pessoal e do material sob a guarda do PEF;

- Controlar a utilização da pista de pouso da CEF/PEF e manter as condições mínimas de pouso das pistas, localizadas em sua área de responsabilidade, que estiverem sendo utilizadas nas operações; e

- Fiscalizar os produtos controlados, de acordo com as orientações emanadas pela 12ª RM e conforme o preconizado pelo R-105 — Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados.

### **5.2.2 Ações Repressivas**

Conforme o GCOMFron 2017, em sua página 29, as CEF/PEF estão autorizadas a desencadear ações repressivas de combate a ilícitos na faixa de fronteira, mediante planejamento e/ou conhecimento do G Cmdo/GU enquadrante.

Esses G Cmdo/GU devem estabelecer normas gerais de ação e normas de conduta (regras de engajamento), de caráter permanente, detalhando a atuação dos Elm Fron em ações repressivas.

A participação dos Elm Fron em ações repressivas pode compreender, dentre outras, as ações de:

- Instalação e operação de postos de controle de estradas, de controle fluvial e de segurança estática;
- Patrulhamento, revista de pessoas, de veículos, de embarcações, de aeronaves e de instalações;
- Prisões em flagrante delito; e
- Apoio à interdição de pistas de pouso e de atracadouros clandestinos, mediante ordem do Cmt Mil Amz.

Diante de fatos que mereçam ações repressivas dos comandantes de PEF, esses devem, seguindo a cadeia de comando e utilizando-se dos meios de comunicação mais rápidos disponíveis, informar ao Cmt Mil Amz a ocorrência dos fatos, em sua área de responsabilidade, ligado às ameaças não tradicionais como narcotráfico, contrabando e descaminho, invasão de áreas indígenas, exploração ilegal e predatória de recursos naturais e quaisquer outros crimes transfronteiriços.

Nas situações em que se torne impossível a presença das autoridades públicas responsáveis, caberá aos Elm Fron atuar repressivamente, respeitando-se as disposições legais (BRASIL, 2017, p. 29).

O valor da tropa empregada no combate a ilícitos na faixa de fronteira deve ser compatível com a missão, sendo vedado o seu emprego em quaisquer ocorrências que não tenham ligação com as ações a serem cumpridas.

Ainda segundo as diretrizes do Guia, em área militar e/ou sob guarda militar, ações repressivas devem ser conduzidas com o objetivo de exame e pesquisa de pessoas e materiais suspeitos; retenção de material suspeito, por meio de Termo de Apreensão e detenção do suspeito, com lavratura do Termo de Prisão em Flagrante Delito, cumprindo as exigências legais cabíveis.

Para um melhor entendimento das ações preventivas e repressivas que devem ser tomadas é necessário que os Cmt PEF estudem as Normas de Conduta para Emprego de Tropa do CMA (NCET/CMA) e que sejam ministradas instruções sobre esse assunto à tropa.

### **5.2.3 A Instrução Militar**

O PEF é considerado uma OM operacional e dessa forma a Instrução Individual deve ser conduzida nas sedes das OM de Fronteira, ficando o adestramento e a conservação dos padrões a cargo dos PEF.

O Programa de Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP) deve ser conduzido pelo Cmt PEF, orientado pelo seu Cmt CEF e fiscalizado pela 3ª Seção da OM enquadrante. Já o Programa de Execução do Adestramento será conduzido pelas Bda, por meio dos Cmdo Fron das CEF e dos PEF.

Outro aspecto importante é que as OM dos PEF devem, ainda, conduzir um Programa de Desmobilização de Militares Temporários, com foco prioritário no aspecto Trabalho, permitindo ao cidadão uma oportunidade de emprego fora da Força.

O Cmt CEF deve regular a instrução nos PEF, por meio da Diretriz de Instrução da Unidade, tendo o Cmt PEF liberdade para o planejamento e para a condução da instrução, observando todos os preceitos e ordens vigentes.

O GCOMFron orienta que a instrução de cabos e soldados do EP deve receber especial atenção aos seguintes assuntos:

- Tiros previstos com o Armt individual de dotação e com as armas coletivas do Pel;
- TFM e lutas;
- Ordem Unida;

- Instrução Geral, particularmente os assuntos contidos nos regulamentos básicos: RISG (RI), R Cont (R2) e RDE (R4);
- Patrulha, Orientação, Vigilância, Plano de Defesa e Guarda do Quartel; - Primeiros Socorros;
- Reconhecimento e Identificação de Aeronaves (civis e militares); e
- Fiscalização de Aeronaves que forem obrigadas a pousar,
- Sobrevivência na Selva.

Os Cmt Cmdo Fron devem prever, submetendo à aprovação do G Cmdo/GU enquadrante, a realização pelos PEF de atividades de patrulhas e de Reconhecimento de Fronteira (REFRON), em suas áreas de responsabilidade, a cada dois meses, ou em tempo inferior, conforme as necessidades. Para que isso ocorra é pertinente que os Cmt PEF submetam à aprovação do Cmt Cmdo Fron, por meio da CEF, um Plano de Reconhecimento de sua área de responsabilidade, contendo as missões previstas, o deslocamento, o tempo estimado e o efetivo empregado no REFRON.

O Cmt CEF envidará esforços para que os PEF realizem os REFRON com todos os meios de subsistência, intendência, comunicações e saúde, além de outros julgados úteis ao cumprimento das normas básicas de segurança, previstas no PIM/COTER.

A partir do período de adestramento, os exercícios conjuntos poderão ser desenvolvidos entre as Cia Fzo SI e os PEF, dentro das áreas de responsabilidade destes, visando consolidar o espírito de corpo e obter os melhores resultados na integração da instrução do Cmdo Fron. (BRASIL, 2017, p. 29).

Ainda segundo o Guia, os militares integrantes das OM de fronteira devem ser constantemente orientados pelos Cmt enquadrantes quanto ao papel de representantes avançados do Exército e da Nação Brasileira, de forma a se apresentarem, em quaisquer situações, com elevado senso de responsabilidade, disciplina, probidade e desembaraço, primando pela apresentação individual, principalmente por ocasião das visitas em suas áreas.

#### 5.2.4 Operação Ágata

Segundo o site do Ministério da Defesa (MD), o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) coordena, desde 2011, uma ação de grande escala que tem a finalidade de fortalecer a segurança dos quase 17 mil quilômetros de fronteiras

terrestres do Brasil. A Operação Ágata integra o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) do Governo Federal, com o objetivo de prevenir e reprimir a ação de criminosos na fronteira do Brasil com os dez países sul-americanos. Militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea Brasileira realizam missões táticas para coibir crimes transfronteiriços como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais, dentre outros, com operações de patrulha e fiscalização inspeção nos principais rios e estradas que penetram o país. (BRASIL, 2022). Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata>, acessado em 10 de setembro de 2022.

A Operação Ágata é composta de operações de duração limitada, baseada em inteligência e fator surpresa, sendo um exemplo de sucesso de operação conjunta, sob coordenação e orientação do EMCFA, mas que conta com o esforço da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Ibama, Funai, Receita Federal e órgãos de segurança dos estados das regiões de fronteira. (BRASIL, 2022). Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata>, acessado em 10 de setembro de 2022.

Ainda conforme o site, a Operação, que faz parte do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, é organizada pelo Ministério da Defesa e realizada em coordenação com órgãos federais e estaduais, bem como agências de segurança pública e ambientais. O planejamento e a execução são realizados de maneira integrada e sinérgica. A Operação Ágata é um eficiente exemplo de operação conjunta, onde se faz necessária para aumentar a presença do Estado em locais de vazios populacionais e infraestrutura incipiente. Atuar dessa forma coordenada possibilita somar esforços de forma estratégica, para contribuir para a segurança da região. (BRASIL, 2022). Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata>, acessado em 10 de setembro de 2022.

Dentre os vários exemplos do êxito da Operação Ágata, cita-se a Operação Ágata Norte, coordenada pelo Comando Conjunto Norte, no período de 1º a 9 de junho de 2017, quando o Comando realizou ações que culminaram em uma das maiores apreensões de minério ocorridas no Brasil, sendo capturados mais de 200 mil toneladas de manganês, cobre e cassiterita, na região de Vila do Conde, próxima ao

porto de Barcarena (PA). Ademais, foram apreendidos aproximadamente 300 kg de cocaína, 26 kg de maconha, 600 pílulas de ecstasy, 218 m<sup>3</sup> de madeira, caixas de cigarro, armas, munições e litros de combustível. O balanço total dessa operação foi estimado em mais de R\$ 200 milhões em materiais ilícitos apreendidos, fruto dos crimes transnacionais. (BRASIL, 2022). Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata>, acessado em 10 de setembro de 2022.

As ações da Operação Ágata Norte foram desenvolvidas em uma área de 1,7 milhão de km<sup>2</sup> de área terrestre, 1 milhão de km<sup>2</sup> de área marítima com 5.500 km de rios navegáveis, 1.800 km de litoral e 1.300 km de fronteira terrestre. (BRASIL, 2022). Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata>, acessado em 10 de setembro de 2022.

Conforme o site do Ministério da Defesa, a Operação Ágata Norte tem o fito de promover ações repressivas e preventivas diante de crimes transfronteiriços, tanto na fronteira marítima, sobretudo os portos, quanto na fronteira terrestre, particularmente nos estados do Pará, Amapá e Maranhão. Os principais crimes transnacionais identificados são os de narcotráfico e crime organizado; contrabando e descaminho; pesca ilegal; garimpo e exploração de recursos minerais ilegais; exploração e transporte de madeira ilegal. (BRASIL, 2022). Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata>, acessado em 10 de setembro de 2022.

Outro grande exemplo de sucesso é a Operação Ágata Curare IX, realizada na fronteira do Acre, onde cerca de 200 militares fizeram ações terrestres e fluviais com o intuito de combater delitos transfronteiriços no estado. (BRASIL, 2022). Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata>, acessado em 10 de setembro de 2022.

A operação teve a efetiva participação do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva (CFAC/4ºBIS), com a coordenação da 17ª Brigada de Infantaria de Selva e apoio do 4º Batalhão de Aviação do Exército de Manaus, que enviou alguns helicópteros. As principais atividades da operação foram realizadas nas cidades de Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus, Brasileia, Capixaba, Acrelândia, Assis Brasil e Epitaciolândia, todas no interior do estado.



Fonte: Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata>, acessado em 10 de setembro de 2022.



Fonte: Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata>, acessado em 10 de setembro de 2022

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados e discutidos os dados obtidos por meio do questionário aplicado e de entrevistas à especialistas no tema, relacionando-os com os resultados da pesquisa bibliográfica e documental realizada. Este tópico visa levantar argumentos e dados que comprovem a importância das tropas especiais de fronteira, bem como o delineamento das atribuições das Companhias e Pelotões Especiais de Fronteira no contexto do atual cenário mundial, diante dos crimes transnacionais especialmente com relação às tropas da fronteira sudoeste da Amazônia.

Foram levantadas informações gerais acerca da amostra e outras que possibilitassem verificar aspectos da estrutura atual do PEF/CEF, bem como da contribuição dessas tropas no contexto de crimes transfronteiriços do atual cenário.

Foram recebidos 5 (cinco) questionários dos Cmt PEF e CEF atuais e outros 5 (cinco) de comandantes anteriores (de 2015 a 2021), que tiveram média de tempo de permanência variando de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos. O gráfico 1 mostra a representatividade desses integrantes.

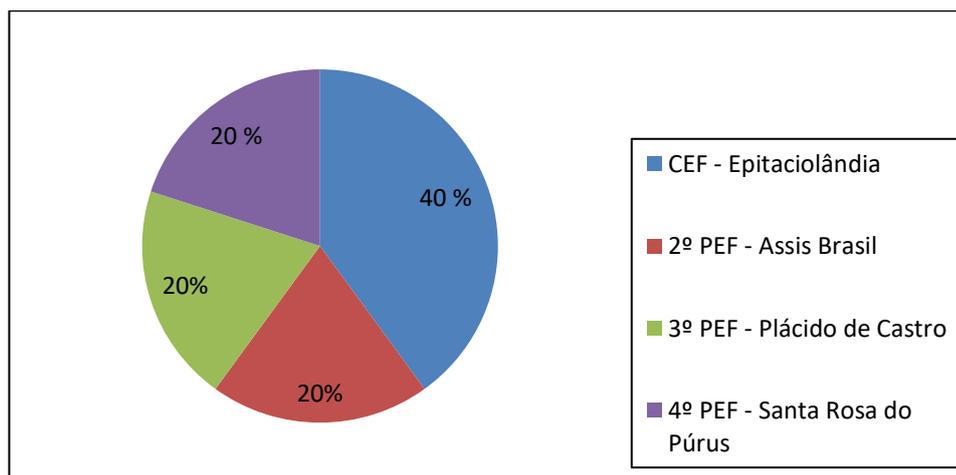


GRÁFICO 1: Representatividade do grupo A  
Fonte: O autor

Uma das perguntas do questionário buscou verificar a amostra de oficiais realizaram o Curso de Operações na Selva Categoria “B” antes de serem nomeados para comandar o PEF/CEF, com intuito de verificar se houve uma formação adequada para esses comandantes. O gráfico 2 mostra a porcentagem de Guerreiros de Selva do universo avaliado.

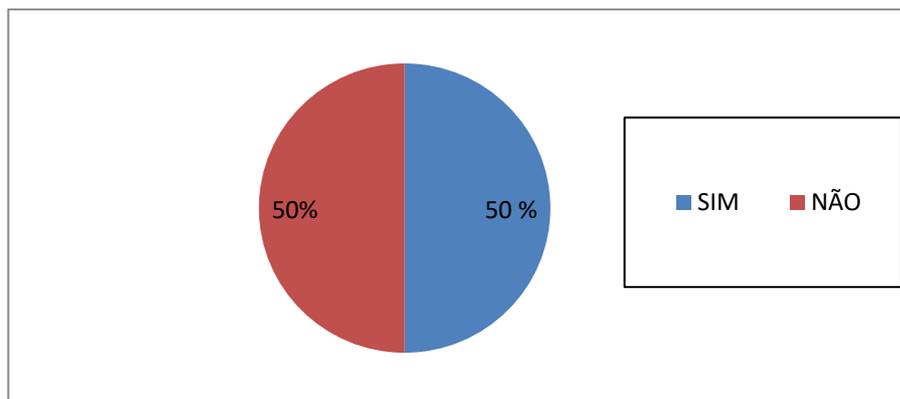


GRÁFICO 2: Possuidores do COS “B”  
Fonte: O autor

Nesse gráfico, verifica-se que um universo considerável não possuía o COS “B”, observado que alguns comandantes de tropas especiais de fronteira não tiveram uma formação operacional adequada para a função de Cmt PEF/CEF, trazendo relevância aos resultados e permitindo confirmar a importância do estágio de comandante de fronteira realizado em Manaus, com as instruções que nivelam os conhecimentos referentes ao combate aos crimes transfronteiriços.

No gráfico 3, verifica-se que aproximadamente de 62% dos atuais Cmt receberam treinamento específico para a função de Cmt PEF. Entretanto, cerca de 38% não receberam um treinamento específico, sendo um aspecto desfavorável para um eficiente desempenho na função, já que esse adestramento é fundamental para o combate aos ilícitos transnacionais que ocorrem nas fronteiras da região amazônica. Diante dessa deficiência na formação, aumenta a probabilidade do jovem oficial tomar decisões erradas e precipitadas.

Diante disso, comandantes de PEF/CEF sem a qualificação devida em combate aos ilícitos transnacionais, especialmente nas situações de apreensão ou captura, aumenta a possibilidade da nulidade jurídica, já que diversos procedimentos legais devem ser observados.

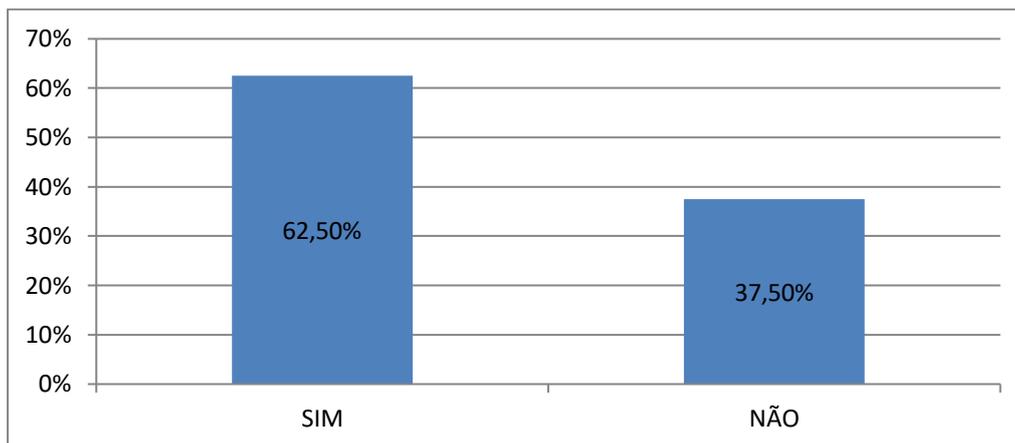


GRÁFICO 3 – Cmt PEF que realizaram estágio Cmt PEF no CMA.  
 Fonte: Dados da pesquisa (2021/2022).

Na perspectiva dos indicadores “Doutrina” e “Organização”, uma das perguntas buscou identificar se os oficiais, no período em que exerceram a função de comandante de PEF/CEF do C Fron AC/ 4º BIS, participaram de alguma ação de combate aos crimes transnacionais na faixa de fronteira. Essa pergunta também foi realizada para o Gen Ex Nardi, Cmt do Comando Militar da Amazônia (CMA) em 2018/19.

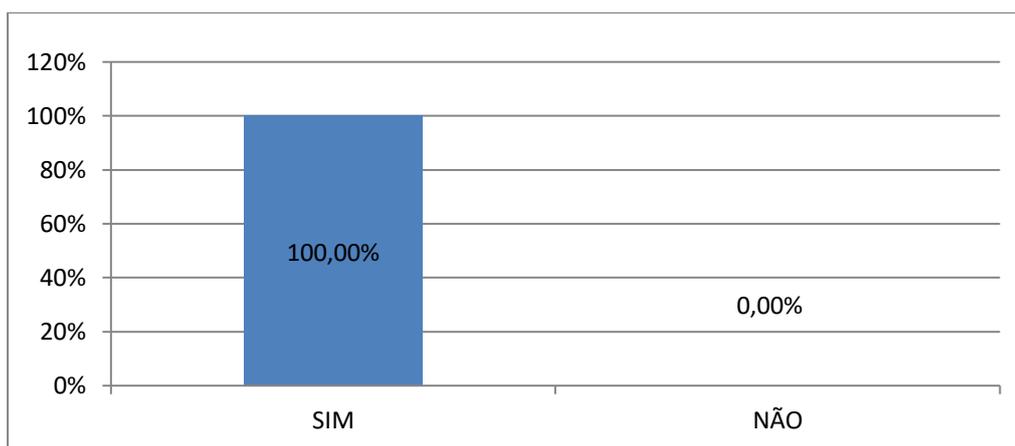


GRÁFICO 4: Existência das ameaças não tradicionais  
 Fonte: O autor

Verifica-se, de forma unânime, que tais tropas exercem esse tipo de ação de combate aos crimes transfronteiriços na faixa de fronteira sudoeste da Amazônia de forma constante.

A presença dessas ameaças na região amazônica, está associada a pouca presença de outros organismos estatais, interferindo na eficácia da proteção do

Estado Brasileiro. Tal fator merece ser enfatizado, pois, segundo o General Heleno (COSTA, 2012, p.33): “onde é rarefeita a presença do Estado, o ilícito ganha espaço”.

Da mesma forma, o Gen Nardi afirma que:

“[...] o papel principal dos PEF, mais do que vivificar a fronteira, é garantir a presença do Estado nessas regiões. Mesmo que a nossa presença não contribua mais, de forma relevante, para a atração/fixação de populações na faixa de fronteira, somos em muitos lugares a única presença permanente do Estado, em condições de exercer nossa soberania e melhorar o apoio às populações próximas (COSTA, 2012).

No gráfico 5 é possível representar quais são as principais ameaças não tradicionais existentes na região.

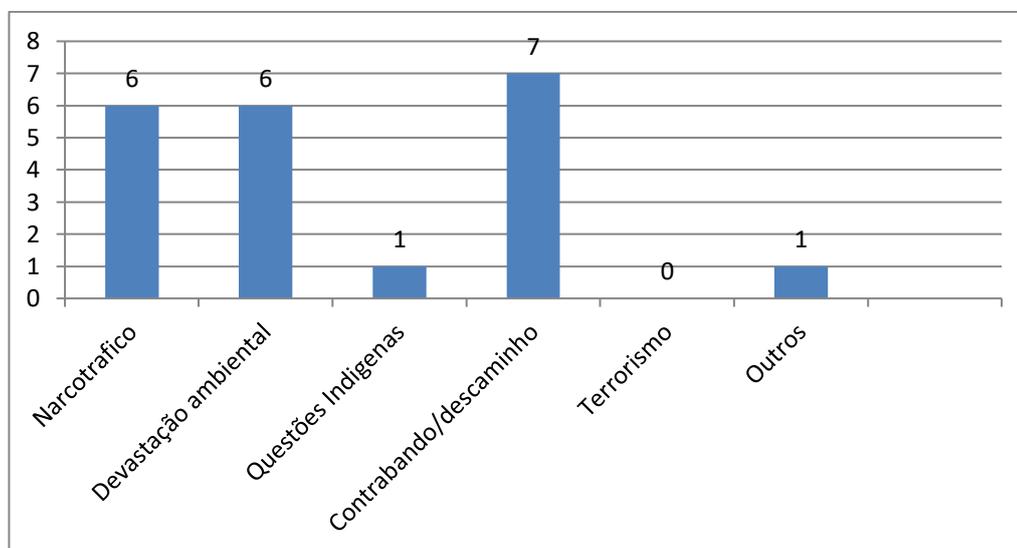


GRÁFICO 5: Principais ameaças não tradicionais  
Fonte: O autor

Observa-se que houve poucos casos relacionados às questões indígenas, bem como que o terrorismo ainda não é uma ameaça real na área em questão. Podendo

Assim sendo, pode-se afirmar que este dado ratifica o que foi levantado na revisão de literatura, por meio da pesquisa bibliográfica, onde foi constatado que, apesar do estado do Acre possuir terras indígenas demarcadas, tal ameaça não é pivô de instabilidades na área, como ocorre em outros estados da Amazônia. Em contrapartida, o narcotráfico, as questões ambientais e contrabando/descaminho foram identificados como as principais ameaças na área pelos militares da amostra.

A partir desse gráfico, pode-se concluir que a grande incidência de contrabando/ descaminho na área. A proximidade de uma zona franca de comércio de médio porte em Cobija, cidade boliviana fronteiriça com Etipaciolândia/AC, no Brasil, motivam o crescimento dessa atividade ilegal na região, devido à substancial quantidade de pessoas que são atraídas para essas cidades.

Quanto ao narcotráfico, a incidência de indicações está ligada a fronteira terrestre e fluvial entre o Acre países produtores de pasta base de cocaína, como o Peru e Bolívia, transformando o estado em um dos principais pontos de passagem de drogas.

Referente às questões ambientais, há na região uma forte atuação dos organismos estatais de proteção ao meio ambiente e de Organismos Não-Governamentais (ONGs) e assim nota-se que a devastação ambiental recebeu grande incidência de indicações na pesquisa realizada, sendo uma das 3 (três) principais ameaças existentes na fronteira sudoeste da Amazônia.

Dentro dos indicadores “Doutrina” e “Organização”, uma pergunta buscou identificar se os comandantes de PEF/CEF acreditam que a atual doutrina militar e a organização desses escalões são eficazes diante do aumento dos crimes transfronteiriços. O gráfico seguinte apresenta o resultado desse questionamento:

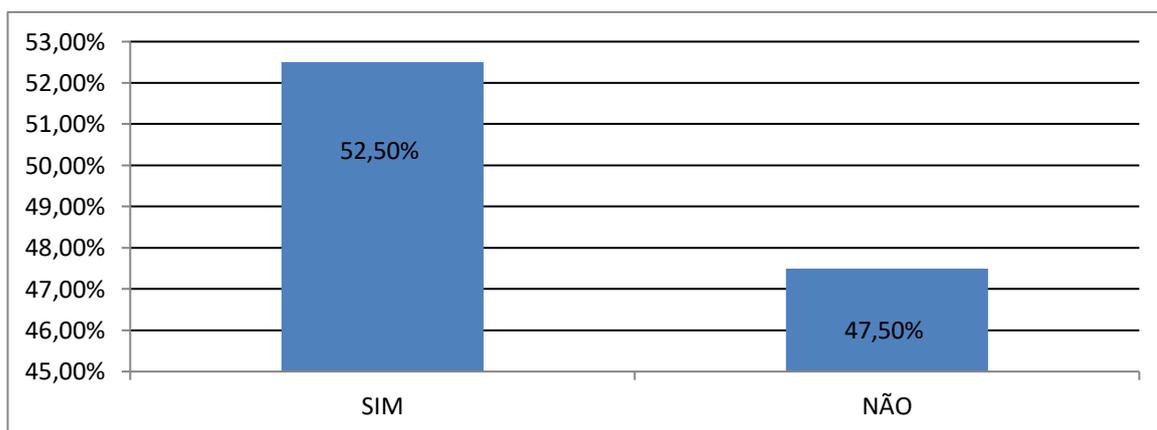


GRÁFICO 6: Opinião sobre eficácia da doutrina militar e estrutura  
Fonte: O autor

O gráfico 6, mostra que mais 50% dos militares questionados acreditam que a doutrina militar atualmente empregada na faixa de fronteira amazônica é eficiente. Entretanto, alguns dos comandantes acreditam de desfavoravelmente quanto à atual doutrina empregada, representando um dado desfavorável, já que parcela

considerável dos questionados acreditam que a doutrina militar adotada merece atualizações e normatizações que acompanhem as evoluções de cenários.

Destarte, ante o aparecimento de novos cenários, a evolução da doutrina referente ao combate aos crimes transfronteiriços na região da fronteira amazônica carece de atualização. Grande parte dos exercícios de adestramento realizados são reflexos de lições aprendidas e/ou boas práticas em atividades anteriores, mas é preciso mais do que isso: é necessária uma normatização das Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) para possibilitar um emprego mais eficaz diante dessas ameaças constantes em qualquer parte da fronteira.

A concorrência do viés operacional com outras atribuições dos pelotões de fronteira, notadamente as de cunho administrativo, reduzem o adestramento dessas frações. Aliado a isso, ainda não temos uma doutrina consolidada quanto ao combate aos ilícitos transfronteiriços (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019).

Levando em consideração os indicadores “**Adestramento e Material**” da dimensão **Operacional** e o indicador “**Pessoal**” da dimensão **Administrativa**, uma das perguntas tentou identificar a qualificação funcional dos recursos humanos dos PEF/CEF do Cmdo Fron/AC frente às ameaças transnacionais. A seguir, a representação gráfica dos resultados obtidos.

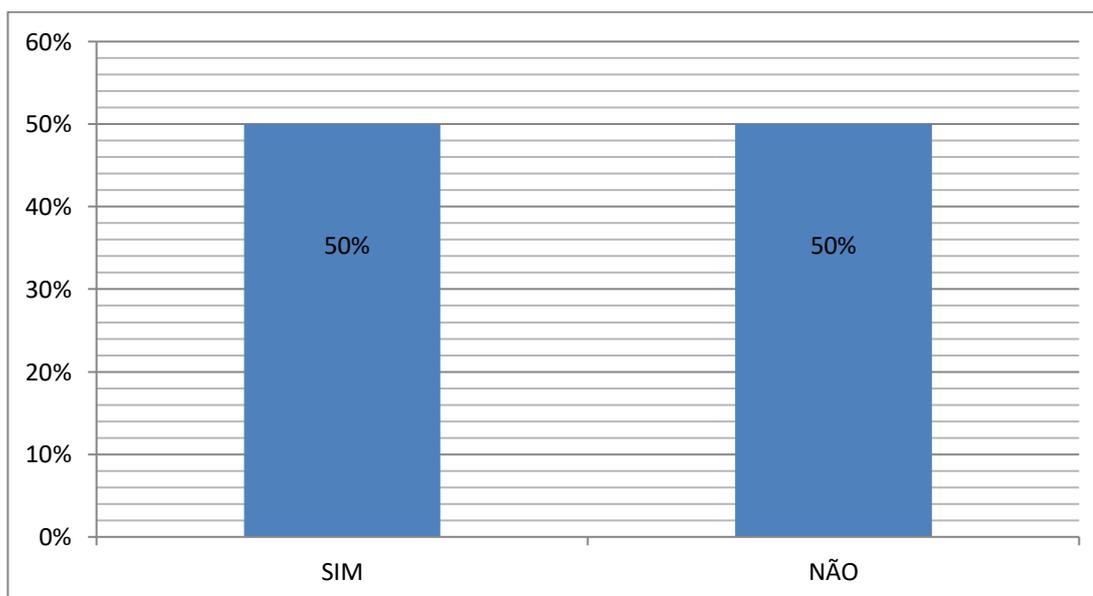


GRÁFICO 7: Opinião sobre os recursos humanos dos PEF  
Fonte: O autor

Analisando-se esses dados do gráfico 7, verifica-se que a 50% dos militares questionados acreditam na insuficiência qualitativa funcional dos recursos humanos dos PEF/CEF. Isso se dá, sobretudo, devido aos aspectos sociais da região, que

apresenta índices educacionais abaixo da média nacional, ratificando a baixa qualificação técnica de militares para algumas funções importantes, especialmente na área de saúde e tecnologia da informação.

Com o a finalidade de abordar o campo da **Defesa**, foram elencados alguns indicadores, como as ações contra os crimes transfronteiriços e atuação por meio de ações preventivas e repressivas. Uma pergunta objetivou identificar se os comandantes de fração na faixa de fronteira vivenciaram ações de combate aos ilícitos transnacionais.

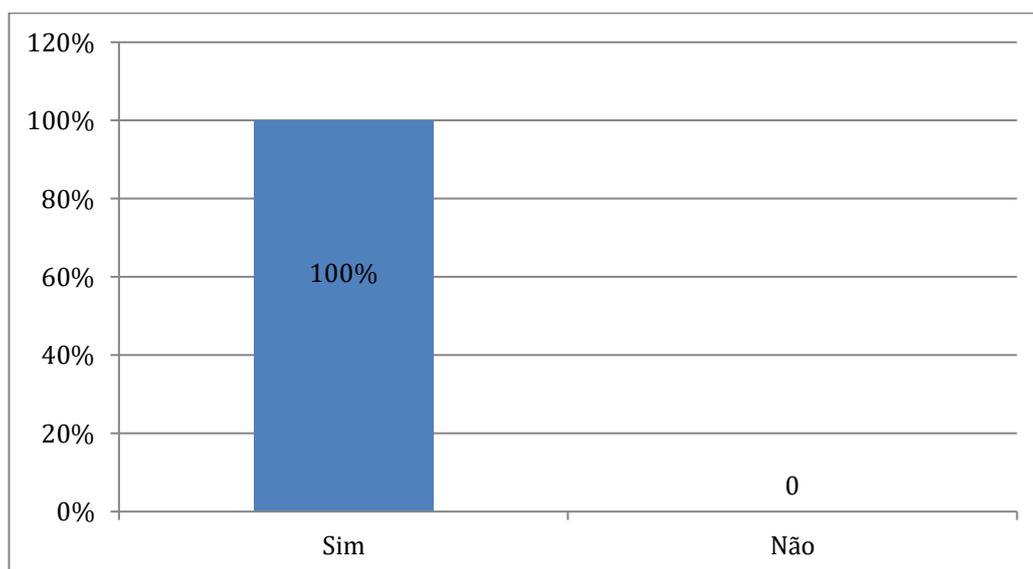


GRÁFICO 8: Atuação dos PEF\CEF contra crimes transfronteiriços  
Fonte: O autor

Foi verificado um consenso com relação à atuação dessas frações no combate aos crimes transfronteiriços, uma vez que todos os militares questionados responderam positivamente.

As ações contra esse tipo de ilícito apresentam resguardo legal em virtude da Lei Complementar Nr 136, de 25 de agosto de 2010, além das leis Nr 99 e 117, as quais conferem poder de polícia às Forças Armadas na faixa de fronteira.

A pesquisa de campo também identificou que tais ações deixaram de ser pontuais e esporádicas, apresentando agora características mais atinentes às ações subsidiárias, sendo uma rotina para os PEF, CEF a atuação nesse cenário

Entretanto, cabe enfatizar algumas ressalvas com relação a esse tipo de atuação das frações de fronteira diante dos crimes transfronteiriços. Segundo o Gen Vilas Boas, antigo Comandante Militar da Amazônia, é ilusório pensar que as fronteiras amazônicas possam ser “blindadas”. Assim, atualmente, a atuação do

Exército Brasileiro na faixa de fronteira, em particular na faixa de fronteira sudoeste tem como objetivo principal, além do combate à entrada de ilícitos no território brasileiro, impedir o plantio de drogas em território nacional, para não permitir que o Brasil continue como um dos principais pontos de passagem de droga oriunda do Peru, Bolívia e Colômbia. (VILLAS BÔAS, 2013).

Nesse contexto, é notório que as Forças Armadas devam atuar de modo colaborativo com Órgãos de Segurança Pública e Agências na fronteira. Desta feita, uma pergunta complementou tal assertiva, buscando identificar o quantitativo de missões de combate à ilícitos transfronteiriços realizadas de maneira isolada e aquelas inseridas em um contexto de Operação de Cooperação e Coordenação com Agencias (OCCA), obtendo-se os dados a seguir representados.

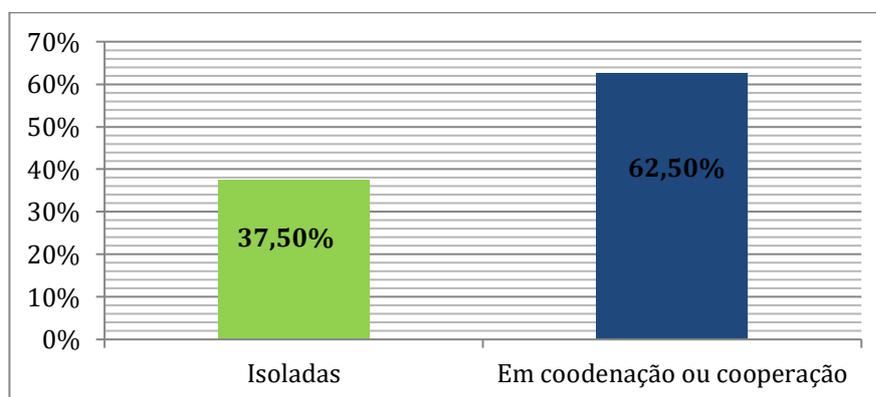


GRÁFICO 9: Quanto ao apoio de outros órgãos  
Fonte: O autor

Baseado nos dados acima, é lícito inferir que as frações na fronteira estão atuando cada vez mais de maneira conjunta em ambiente interagência, comprovando que o emprego juntamente com outras agências facilita as ações diante dos crimes transnacionais, levando sempre em consideração que o PEF possui outras atribuições.

Na análise do gráfico abaixo, constatou-se que as frações de fronteira realizam ações de caráter repressivo e preventivo. No entanto, a atuação preventiva ocorre de maneira mais constante, já que 62,5% dos militares questionados indicaram essa direção.

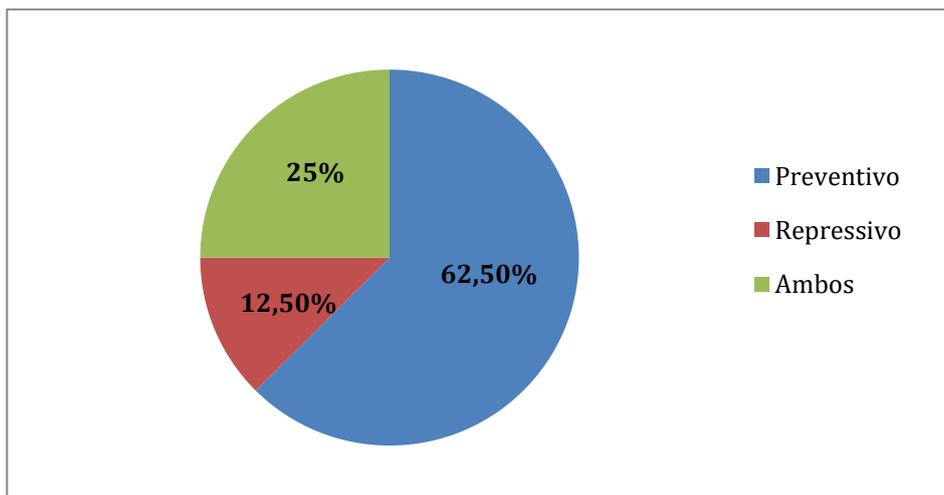


GRÁFICO 10: Caráter da atuação  
Fonte: O autor

Ademais, o Guia do Comandante de Fronteira vai ao encontro dessa assertiva ao afirmar que as prioridades das ações devem ter caráter de prevenção e somente esgotado tais medidas inicia-se as atuações repressivas. (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019).

Conforme a revisão de literatura, o GCOMFron define algumas missões de “combate”, como os Reconhecimento de Fronteira, que conforme os questionados, ainda é a principal missão de combate a ser realizada pelos PEF\CEF.

Esses reconhecimentos são planejados e executados bimestralmente e através deles importantes informações são obtidas, o que proporciona a melhoria da consciência situacional dos Comandantes em todos os níveis, principalmente da Unidade e da Grande Unidade, acarretando uma precisa tomada de decisão. Além disso, gerar a antecipação a inúmeros tipos de ameaças, em especial o narcotráfico e o contrabando. A “estratégia da presença” e a demonstração de força são primordiais para a intimidação dos criminosos.

A seguir serão expostas as conclusões e recomendações acerca do estudo produzido.

## 7. CONCLUSÃO

O objetivo do trabalho foi abordar a situação dos Pelotões e Companhias Especiais de Fronteira do Cmdo Fron AC/4º BIS no combate aos crimes transfronteiriços na atualidade, de modo a contribuir para a defesa e manutenção da soberania nacional na Amazônia.

Na revisão de literatura, foram apresentados conceitos e definições com o fito de alcançar um entendimento abrangente sobre as missões das Organizações Militares presente na faixa de fronteira amazônica, em particular na fronteira sudoeste.

Verificou-se que nos atuais cenários algumas questões ganharam importância, com o aparecimento de novas ameaças, das quais as principais são: o narcotráfico, as questões ambientais, as questões indígenas, o terrorismo, o contrabando/descaminho, entre outras. Assim, evidenciou-se que, no tocante à Amazônia, é mister que se trata de uma região com algumas idiosincrasias, havendo a presença de subsistemas mundiais pouco explorados e uma grandeza energética e natural imensuráveis.

O isolamento da região do polo de poder político e econômico do país ocorre por inúmeros motivos, principalmente a existência de grandes vazios demográficos e da precária infraestrutura, transformando a Amazônia em área estratégica prioritária para a defesa nacional e, por conseguinte, para o Exército Brasileiro.

Para o atingimento do objetivo proposto, foi adotado metodologia baseada na realização de uma pesquisa bibliográfica detalhada sobre o tema e uma pesquisa de campo, por meio de questionários que foram enviados a militares que comandaram e comandam atualmente PEF e CEF do C Fron AC/4º BIS, além de entrevistas a militares conceituados e em função de comando e chefia no CMA, o que trouxe credibilidade e conhecimentos específicos atuais para o estudo. Os resultados obtidos foram submetidos a um tratamento estatístico, aumentando a credibilidade dos dados apresentados.

Desta feita, verifica-se que a metodologia adotada foi suficiente ao permitir a obtenção de dados e informações com pertinência sobre o tema. Observou-se, ainda, que a bibliografia correspondeu às expectativas, já que há muitos trabalhos, artigos científicos, atas de seminários e palestras, realizados tanto por civis quanto por militares, que abordam a atuação do Exército na região amazônica.

Ratificou-se que a presença física dos PEF/CEF ainda se faz necessária para a vivificação da faixa de fronteira na região sudoeste da Amazônia, pois estimula a consolidação da “Estratégia da Presença”. Entretanto, verificou-se também que em algumas áreas essa vivificação não está sendo eficaz como em tempos anteriores, principalmente devido à questões indígenas e de proteção ambiental, fato que limita o desenvolvimento de diversas comunidades.

Apesar de ter sido evidenciada a existência de outros órgãos públicos nos níveis estaduais e federais, muitos possuem uma infraestrutura logística e de pessoal precária, o que limita algumas capacidades da atuação desses atores em apoio aos PEF em OCCA. Durante o estudo, verificou-se uma unanimidade entre os comandantes de PEF/CEF no tocante à relevância de uma atuação efetiva e permanente contra as ameaças não tradicionais, dentre eles aquelas ligadas a crimes transnacionais, conforme previsto na legislação federal (Lei Complementar Nr 97/ 99, alterada pela Lei Complementar Nr 136/ 10). Assim, o GCOMFron poderia ser atualizado de maneira a explorar melhor as Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) a serem executados em uma ação e combate a esses ilícitos.

Outro ponto importante é a questão da carência de informação sobre os aspectos legais no Guia do Cmt de Fronteira, principal documentação de apoio ao Cmt PEF\CEF. Estes dados são fundamentais para avaliar as ações planejadas e desencadeadas pelas frações, principalmente por ser uma área fronteira. A volatilidade dos fatores jurídicos, fruto da evolução dos cenários com os quais a tropa pode se deparar, exigem uma maior atenção aos fatores jurídicos, notadamente devido ao aparecimento de novos temas globais na agenda mundial contemporânea, como temas ambientais e indígenas.

Outrossim, verificou-se que a consciência situacional de grande parte das frações de fronteira é deficiente, o que permite que as ações diante dos crimes transfronteiriços sejam dificultada e, por vezes, exigindo pleno conhecimento da legislação, especialmente no que se refere à parte processual. Alguns exemplos práticos da complexidade da missão das tropas de fronteira se concretizam diante da necessidade de agir corretamente na lavratura de auto de flagrante delito, nos procedimentos como fiel depositário de produtos oriundo de contrabando ou descaminho, na condução de pessoal e material apreendido, na aplicação da legislação ambiental e no trato com indígenas. Por isso, as orientações para as ações das tropas

de fronteiras devem ser atualizadas de maneira constante em busca de serem mais úteis para os comandantes de PEF/CEF.

Os crimes transfronteiriços são um óbice da faixa de fronteira amazônica, frente ao vazio demográfico da região. Ressalta-se que a ação de narcotraficantes ainda é a principal ameaça presente na região. Contudo, a atuação das tropas de fronteira nas inúmeras operações que são desencadeadas busca impedir não somente a entrada de drogas via terrestre ou fluvial, mas também o plantio e a venda de insumos para o preparo e refino dos entorpecentes.

Por isso, é desejável que haja um maior conhecimento técnico da tropa quanto às medidas para identificar e coibir os processos de preparo e refino de drogas, já que muitos insumos são obtidos de forma legal no comércio. Assim, a tropa deve estar atento ao realizar um Posto de Bloqueio de Controle Fluvial, bem como na atividade operacional de REFRON. Nesse contexto, essas frações poderiam ser dotadas de meios tecnológicos, como drones e equipamentos para identificação positiva de entorpecentes, visando o incremento do monitoramento e o controle da fronteira.

Outro aspecto de consenso entre os militares que responderam ao questionário é quanto à necessidade de melhorar o Guia do Comandante de OM de Fronteira no tocante aos assuntos operacionais e de inteligência, para que os temas “Vida” e “Trabalho” sejam abordados de forma mais direcionada, com capítulos versando sobre o adestramento, âmbito PEF ou CEF, específicos para combate aos crimes transfronteiriços e ameaças não tradicionais, em especial o narcotráfico, contrabando/descaminho e procedimentos com estrangeiros criminosos.

O trabalho aponta para necessidade de mais contextualização para o vetor “Combate”, no guia supracitado, não somente em atuações como reconhecimento de fronteira, mas também em operações contra ilícitos transfronteiriços ou atuação em Operações Interagências, visando dar experiência e conhecimento a tropa para os incidentes que atualmente são mais frequentes na fronteira.

Com relação à atuação no combate aos crimes transnacionais, verificou-se que os PEF estão sendo empregados ora em apoio aos demais órgãos públicos, ora como protagonistas de operações de grande vulto. Além disso, verificou-se que as ações de caráter preventivo se sobressaem em relação às ações de repressivas. Assim, verifica-se que o Exército Brasileiro atua de forma rotineira no combate aos ilícitos transfronteiriços e não apenas de forma pontual, sempre visando antecipar a consumação dos crimes.

Ainda no escopo da Lei Complementar Nr 97/ 99 (alterada pela Lei Complementar Nr 136/ 10), é desejável que as frações de fronteira tenham maior autonomia para a obtenção da iniciativa das ações face aos novos cenários que se apresentam. É mister que as tropas de fronteira tenham uma autonomia, ainda que limitada e relativa, na parte operativa, com relação à OM sede, com a finalidade de se melhor combater as ameaças não tradicionais da faixa de fronteira com oportunidade.

Na parte do adestramento, é fundamental que os Cmt PEF\CEF tenham conhecimento específico no que tange o combate às ameaças mais frequentes na região, assegurando os princípios da oportunidade e da surpresa, bem como a segurança da tropa, por ocasião do combate ao ilícito.

Para o cumprimento das missões elencadas, é primordial à utilização sistemática dos sensores de inteligência militar, bem como do aumento da mobilidade operacional dessas frações na atuação contra os ilícitos, especialmente contrabando, descaminho e o fluxo migratório ilegal. Já com relação aos crimes ambientais, como o garimpo e o desmatamento ilegais, o sensoriamento por imagens é essencial para que haja eficácia no cumprimento da missão.

Fica notório que os objetivos das tropas na fronteira somente são mais plenamente alcançados quando a ocorrência das ameaças não tradicionais é inibida, notadamente os ilícitos transnacionais, muitas vezes por meio da presença e da dissuasão. Sendo assim, é importante o monitoramento contínuo, fazendo-se valer da presença da tropa que, na maioria das regiões mais isoladas, atua como representante singular do Estado. Os PEF/CEF são um eficaz instrumento para a manutenção da ordem e da soberania, atuando na esfera do binômio segurança e defesa nas regiões da faixa de fronteira amazônica. Nesse sentido, o Exército Brasileiro tem buscado intensificar o emprego de frações menores como pelotões e até mesmo destacamentos em ações complementares de patrulhamento, contribuindo para reforçar a capacidade dessas frações.

Na pesquisa de campo realizada, foi verificado que as frações na fronteira apresentam deficiências para uma atuação no combate aos crimes transfronteiriços. O efetivo escasso, poucos meios tecnológicos disponíveis, tempo de instrução e adestramento reduzidos devido aos encargos administrativos e das missões do binômio “Vida e Trabalho”. Quanto ao adestramento e instrução uma solução seria proporcionar melhor qualificação aos comandantes de PEF\CEF, podendo ser em cursos de especialização ou estágios setoriais, os quais abordassem aspectos legais

e principalmente as TTP face os crimes transnacionais e como atuarem em coordenação com outros Órgãos públicos. Com relação ao efetivo, diante da impossibilidade de aumentar permanentemente o número de militares na fronteira, é necessário adotar outras formas para alocação de pessoal na região, tais como a instalação de bases móveis e fluviais, realização de operações militares de forma simultânea em diversas áreas, de forma a ampliar a dissuasão. Concernente aos meios tecnológicos, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) está viabilizando, paulatinamente, a aquisição de sistemas de sensoriamento para os PEF/CEF, a fim de conferir novas capacidades tecnológicas para monitoramento e controle da faixa de fronteira por essas frações.

Na análise das entrevistas e da pesquisa de campo, foi verificado que, no momento atual, não é viável aumentar do número de tropas na faixa de fronteira. Mesmo havendo ainda grandes vazios populacionais, o CMA não está trabalhando para a implantação de novos PEF, já que a ideia central atualmente é aprimorar o monitoramento e controle, evitando aumento de efetivo e novas instalações. Desta feita, há projetos em estudo para a alocação de bases móveis, fluviais e terrestres que se deslocariam regiões conforme a necessidade e interesse. Seria uma estrutura modular e flexível para que possibilitasse maior adaptabilidade em face das constantes mudanças do “modus operandi” dos crimes transnacionais.

Outra forma para tornar dispensável o desdobramento físico de mais PEF é a inserção de meios de sensoriamento e apoio à decisão, bem como aumentar a mobilidade tática dos atuadores orgânicos dos Cmdo Fron/BIS (BI, B Fron, Rgt) e das Bda Inf SI (Bda C Mec). Assim, o objetivo principal do CMA é aumentar as capacidades das tropas na fronteira, contribuindo para gerar mobilidade e uma cobertura em áreas maiores.

Esse trabalho poderá servir de referência para futuros trabalhos que visem contribuir com a evolução do emprego e das missões dos PEF\CEF, já que devem ser constantemente verificados, avaliados e aperfeiçoados e os problemas na faixa de fronteira ainda serão por um bom tempo um óbice para a defesa e o desenvolvimento da Amazônia.

Portanto, entende-se que as questões de estudo foram elucidadas, permitindo a resolução do problema de pesquisa proposto. Constatou-se que, atualmente, os PEF\CEF são fundamentais para o combate aos crimes transfronteiriços.

Por fim, a Nação Brasileira vem enfrentando sérias dificuldades para defender a soberania nacional, bem como para integrar e desenvolver a região amazônica. No entanto, o país apresenta-se como uma grande potência emergente ao possuir grande quantidade de recursos naturais e energéticos estratégicos de grande importância para a humanidade. Essa posição de destaque no cenário internacional desperta o interesse de atores externos sobre a região amazônica, o que favorece a constante preocupação do Estado Brasileiro por meio de suas Forças Armadas com a temática da soberania nacional. Para isso, é fundamental o permanente aperfeiçoamento e evolução nas missões do Exército na faixa de fronteira amazônica. A presença do Estado nessa área é obtida graças aos PEF, esses são essenciais na defesa e manutenção da soberania nacional na Amazônia, caracterizados por serem os “olhos e ouvidos” na “linha de frente” do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- BENTO, Cláudio Moreira. **Amazônia Brasileira – Conquista, Consolidação, Manutenção**. 1. Ed. Porto Alegre: AHIMTB, 2003.
- BRASIL. Comando Militar da Amazônia. **Guia do Comandante de Fronteira**. 2. Ed. Jan 2009.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 179: **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. C 124-1: **Estratégia**. 4. Ed. Brasília, DF: EGGCF, 2004.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. IP 72-2: **O Combate de Resistência**. 2. Ed. Brasília, DF: EGGCF, 2002.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. **IP 72-1: Operações na selva**. 1. Ed. Brasília: EGGCF, 1997.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. **IP 72-10: Companhia de Fuzileiros de Selva**. 1. Ed. Brasília: EGGCF, 1995.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. **IP 72-20: Batalhão de Infantaria de Selva**. 1. Ed. Brasília: EGGCF, 1997b.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. **C 20-1: Glossário de Termos e Expressões para Uso no Exército**. 3. ed. Brasília: EGGCF, 2003.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. **C 21-30: Abreviaturas, Símbolos e Convenções Cartográficas**. 4. ed. Brasília: EGGCF, 2002b.
- ARRUDA, Luiz Alexandre Kohl de. **Os pelotões especiais de fronteira na cooperação para o desenvolvimento da Amazônia como parte da estratégia nacional de defesa**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2012.
- NASCIMENTO JUNIOR, Edvaldo Nunes. **O emprego das Companhias e Pelotões Especiais de Fronteira do comando de Fronteira Acre na Defesa da Amazônia no Contexto das Ameaças Não Tradicionais: Uma Proposta de Atualização do guia do comandante de Fronteira**. 2019. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro. 2019.
- NETO, A. G. **Elementos de fronteira da região amazônica: O pelotão especial de fronteira na manutenção dos limites territoriais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) Programa de Pós-Graduação Lacto Sensu em Operações Militares da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 2006.

DOMINGUES, Clayton Amaral. **Estatística aplicada: às Ciências Militares**. Rio de Janeiro: EsAO, 2005.

**Operação Ágata**, disponível em, <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata>, acessado em 10 de setembro de 2022.

RODRIGUES, M. G. V.; MADEIRA, J. F. C.; SANTOS, L. E. P.; DOMINGUES, C. **A Metodologia da pesquisa: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em ciências militares**. 3. ed. Rio de Janeiro: EsAO, 2006.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. São Paulo, 2007.

GALDINO, Mauricio Augusto Cabral. **Ameaças à Amazônia**. Brasília, 2008. CD-ROM Rom.

VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. In: **Seminário do Observatório da Inovação e Competitividade**. Instituto de Relações Internacionais - USP, 2011.